

Projeto de Cooperação Técnica para a segurança alimentar e nutricional: a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis e o combate à pobreza rural - SEBANWDS-ABC-ICA

## IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

**Título do Projeto:** Segurança alimentar e nutricional: a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis e o combate à pobreza rural

**Duração Prevista:** 48 meses

**Área Temática:** Segurança Alimentar e Nutricional

**Instituição Executora:** Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social

**Instituição coordenadora:** Agência Brasileira de Cooperação/MRE

**Aporte da Instituição Executora:** R\$ 14.248.500,00 (quatorze milhões, duzentos e quarenta e oito mil e quinhentos reais)

**Fonte dos Recursos:** Ministério do Desenvolvimento Social

**Origem dos recursos da Instituição Executora:**

08.244.2012.20GD.0001: Inclusão Produtiva - Fomento

08.306.2069.2151.0001: Consolidação da Implantação Do Sistema Nacional De Segurança Alimentar E Nutricional – SISAN

08.306.2069.2798.0001: Aquisição E Distribuição De Alimentos Da Agricultura Familiar Para Promoção Da Segurança Alimentar E Nutricional – PAA

**Valor Total do Projeto por Fontes:**

08.244.2012.20GD.0001: Inclusão Produtiva – fomento: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)

08.306.2069.2151.0001: Consolidação Da Implantação Do Sistema Nacional De Segurança Alimentar E Nutricional – SISAN: R\$ 3.029.550,00 (três milhões, vinte e nove mil e quinhentos e cinquenta reais)

08.306.2069.2798.0001: Aquisição E Distribuição De Alimentos Da Agricultura Familiar Para Promoção Da Segurança Alimentar E Nutricional – PAA R\$ 8.218.950,00 (oito milhões, duzentos e dezoto mil e novecentos e cinquenta reais)

**Breve descrição do Projeto:**

O Projeto tem como principal desafio ampliar a contribuição da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social na área de Segurança Alimentar e Nutricional, por meio do aprimoramento de seus processos e sistemas e fortalecimento de suas políticas públicas e programas governamentais, na perspectiva de construir um país sem fome, com soberania alimentar e nutricional, com uma agricultura familiar forte e socialmente justa.

## SUMÁRIO

|     |   |    |
|-----|---|----|
| 1.  | DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA .....  | 5  |
| 1.1 | CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO SETOR RELACIONADO AO PROJETO.....                    | 5  |
| 1.2 | PROBLEMA ESPECÍFICO A SER ABORDADO .....  | 7  |
| 2.  | JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DO IICA E ENQUADRAMENTO NO PLANO DE MÉDIO PRAZO..... | 13 |
| 3.  | CENÁRIO FINAL ESPERADO .....  | 18 |
| 4.  | BENEFICIÁRIOS .....   | 21 |
| 5.  | OBJETIVOS E RESULTADOS DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA .....                   | 21 |
| 5.1 | OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO .....   | 21 |
| 5.2 | OBJETIVOS IMEDIATOS E RESULTADOS.....   | 22 |
| 6.  | ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL .....                 | 25 |
| 6.1 | EXPECTATIVA DA SUSTENTABILIDADE DOS RESULTADOS DO PCT NO ÂMBITO DO MDS .....    | 27 |
| 6.2 | AVALIAÇÃO DE RISCOS .....   | 28 |
| 6.3 | CAPACIDADE DE CONTRAPARTIDA DA INSTITUIÇÃO NACIONAL .....                       | 29 |
| 7.  | MATRIZ LÓGICA DO PROJETO .....  | 29 |
| 8.  | ESTRUTURA PROGRAMÁTICA .....  | 36 |
| 9.  | INSUMOS .....   | 44 |
| 10. | ORÇAMENTO .....   | 50 |
| 11. | CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....   | 52 |
|     | CONTEXTO LEGAL.....   | 65 |

## 1. DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

### 1.1 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO SETOR RELACIONADO AO PROJETO

Muitos avanços foram conquistados nos últimos anos na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil. Tais avanços são resultados de esforços realizados pelo Estado e pela Sociedade Civil, a partir da priorização do tema na agenda governamental, que resultaram em um conjunto de programas, políticas públicas e ações para o enfrentamento da fome e da pobreza, tais como o aumento real do salário mínimo, o crescimento do emprego formal, a progressiva expansão do Programa Bolsa Família, o fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, o apoio à agricultura familiar e o Programa Cisternas, entre outros.

A respeito da produção de alimentos e do abastecimento alimentar, outra dimensão importante a ser observada quando se fala em Segurança Alimentar e Nutricional, pode-se dizer que o Brasil é autossuficiente na produção dos alimentos básicos consumidos pela população, com exceção do trigo. E a agricultura familiar representa importante setor quando se fala na produção de alimentos para consumo interno, empregando 12,3 milhões de pessoas (74,4% do pessoal ocupado), além de produzir uma quantidade maior dos alimentos básicos consumidos internamente, quando comparado com a agricultura patronal.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006) foram identificados 4.366.267 estabelecimentos da agricultura familiar, correspondendo a 84,36% dos estabelecimentos brasileiros. Apesar do percentual destes estabelecimentos, os agricultores familiares ocupavam uma área de 80,10 milhões de hectares, ou seja, apenas 24% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários no Brasil. Segundo o IBGE (2006) estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda bastante concentrada no país, uma vez que, apesar de representarem 15,6% dos estabelecimentos agropecuários, os agricultores não familiares ocupavam 75,9% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,34 hectares, e a dos não familiares, de 313,3 hectares. A agricultura familiar, além da importância econômica, está associada a dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais identificadas com a construção do conceito de SAN no Brasil. De forma geral, o fomento à agricultura familiar garante a diminuição da pobreza e da desigualdade no meio rural, uma maior diversificação na produção de alimentos, o fortalecimento do abastecimento alimentar em localidades distantes e a consequente dinamização das economias locais. Isso sem mencionar a



importância do acesso à terra e ao território para a garantia de SAN. Situações de pobreza extrema e insegurança alimentar grave estão relacionadas às dificuldades relacionadas à impossibilidade deste acesso de forma plena.

Um dos principais desafios relacionados à SAN é a criação de um contexto favorável à adoção de hábitos alimentares mais saudáveis e adequados pela população brasileira. A implementação de políticas públicas que promovam uma alimentação adequada e saudável, baseada em alimentos *in natura*, tem ganhado cada vez mais espaço. Essa estratégia tem sido casada com o fortalecimento da Agricultura Familiar, importante eixo de produção de alimentos brasileiros, o que dialoga com a perspectiva de Segurança Alimentar e Nutricional de promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

A garantia integral do Direito Humano à Alimentação Adequada deve ser concebida a partir de duas dimensões: estar livre da fome e da desnutrição e ter acesso a uma alimentação adequada e saudável. Os dados das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF - 2002/2003 e 2008/2009) sobre disponibilidade domiciliar de alimentos são indicativos do padrão de consumo alimentar da população brasileira, que combina uma dieta tradicional, baseada no arroz e feijão, com alimentos de baixo teor de nutrientes e alto valor calórico. O crescente consumo de produtos ricos em açúcares (sucos, refrigerantes e refrescos) e gorduras (produtos ultraprocessados) alia-se ao consumo de frutas e hortaliças aquém do recomendado.

Dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS/IBGE) mostraram que, nos últimos 11 anos, a frequência de excesso de peso aumentou 14,2% na população masculina e 17,3% na população feminina. 57% da população adulta estão com excesso de peso e 21,3% com obesidade, 1/3 das crianças de 5 a 9 anos já estão com sobrepeso e, na adolescência (13 a 15 anos) o excesso de peso ultrapassa os 20%.

Assim, programas e políticas públicas envolvendo compras públicas de alimentos da Agricultura Familiar, gerando emprego e renda no meio rural para estes agricultores, bem como provendo o meio urbano com esses alimentos; distribuição de cestas de alimentos para povos e comunidades tradicionais em situações agudas de Insegurança Alimentar para garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA; construção de sistemas para captação e armazenamento de água de chuva para o consumo humano e/ou produção de alimentos por parte de populações de baixa renda em regiões rurais onde há difícil acesso de água de qualidade; fomento a atividades de Agricultores Familiares de baixa renda que, conjugado com políticas de crédito e assistência técnica e extensão rural podem contribuir para romper com o

ciclo vicioso da pobreza e extrema pobreza; entre tantas outras políticas públicas, são ferramentas necessárias para fazer face aos constantes desafios relacionados à realidade social brasileira no que diz respeito à Segurança Alimentar e Nutricional, buscando garantir integralmente a todos o Direito Humano à Alimentação Adequada.

A Unidade do MDS responsável pela gestão da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), que dedica-se à implementação dos programas sob sua responsabilidade: Programa de Aquisição de Alimentos, Programa de Acesso à Água, Fomento à produção e à estruturação produtiva, apoio a Povos e Comunidades Tradicionais, Educação Alimentar e Nutricional, Apoio aos Sistemas Públicos Agroalimentares Locais e à Agricultura Urbana e Periurbana.



A estrutura atual da SESAN contempla quatro Departamentos:

- Departamento de Fomento à Produção e à Estruturação Produtiva
- Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar
- Departamento de Estruturação e Integração de Sistemas Públicos Agroalimentares
- Departamento de Mobilidade Social, Micro e Pequenos Negócios para a Segurança Alimentar

## 1.2 PROBLEMA ESPECÍFICO A SER ABORDADO

A conjuntura no Brasil nos últimos anos foi marcada pela consolidação e institucionalização de políticas públicas bem-sucedidas de promoção da SAN, por meio de uma estratégia intersetorial e participativa que resultou em importantes reduções da pobreza e da fome no país. Além disso, o país se comprometeu com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o número 2: "acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável".

De acordo com a FAO (2015), em seu Relatório da Insegurança Alimentar no Mundo, o Brasil é o país, entre os mais populosos, que apresentou os maiores avanços no combate à fome. Entre 2002 e 2014, reduziu em 82,1% o número de pessoas subalimentadas. Esse resultado só foi possível em virtude das políticas públicas integradas de geração de emprego e renda. Na parte da produção e abastecimento de alimentos, as inovações tecnológicas, os

7   


incrementos de produtividade, as melhorias em infraestrutura de transporte e armazenagem, e os instrumentos de política agrícola colaboraram muito para o alcance desse resultado.

No mesmo sentido, as políticas de fortalecimento da Agricultura Familiar tiveram papel fundamental. Envolveram o crédito, os mecanismos de proteção da produção, a assistência técnica e extensão rural (Ater), e, por fim, os programas de acesso ao mercado e alimentos, como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

O PAA foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, alterado pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.293, de 12 de agosto de 2014. Adicionam-se ao arcabouço legal que rege o PAA, as Resoluções emitidas pelo Grupo Gestor do Programa – GGPA, coordenado pelo MDS e composto por representantes dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), da Fazenda (MF) e da Educação (MEC), Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD).

Por meio do PAA, o Governo Federal compra alimentos da Agricultura Familiar e os destina gratuitamente às pessoas em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, como os restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias.

Além de promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos da agricultura familiar, o PAA tem por finalidade, conforme estabelecido no art. 2º do Decreto nº 7.775/2012: fortalecer circuitos locais e regionais e também redes de comercialização, valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, constituir estoques públicos de alimentos da agricultura familiar e promover o acesso à alimentação em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável.

No que se refere aos parâmetros de execução, o PAA já aplicou, desde 2003, 5,8 bilhões de reais na aquisição de 4,4 milhões de toneladas de alimentos da agricultura familiar, atendendo mais de 20 mil entidades com a doação de alimentos, em mais de 3 mil municípios do Brasil. Atualmente, mais de 60% dos agricultores fornecedores estão no CadÚnico, cerca de 40% são mulheres e 44% estão na Região Nordeste.

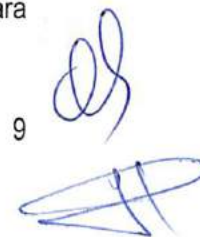
O PAA e o PNAE foram importantes para os avanços reconhecidos pela FAO. Promoveram, simultaneamente, ações robustas de acesso a mercados e geração de renda para a agricultura familiar, formação de estoques estratégicos de alimentos, e ações vinculadas à distribuição de alimentos para milhares de pessoas, incluindo aquelas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O acesso à água de qualidade, presente no Objetivo 6 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para o consumo humano, constitui elemento fundamental para a garantia da Segurança Alimentar de qualquer população. A falta de acesso, ou o acesso à água de baixa qualidade, podem ser considerados também catalisadores da pobreza e da desigualdade, exercendo impactos de grande intensidade na qualidade de vida dos mais pobres, sobretudo dos que se situam na zona rural. O aumento da vulnerabilidade ao risco, com maior probabilidade das famílias serem afetadas por doenças, aumento da mortalidade infantil e alimentação precária, são problemas decorrentes da falta de acesso ou do acesso precário à água.

A delimitação do objetivo às populações rurais se deve ao fato de que o acesso à água dessa população é ainda mais precário e difícil de ser operacionalizado por meio de grandes obras hídricas, uma vez que a dispersão dessa população no território limita a capacidade de abastecimento por meio da rede pública. A situação torna-se crítica quando, além de o domicílio não estar ligado a uma rede de abastecimento de água, a família tem um acesso crítico em decorrência da escassez, da distância com relação à fonte hídrica mais próxima ou da poluição desta.

Dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) indicavam que, em 2011, apenas cerca de 27% da população rural de baixa renda no país possuía acesso à rede pública de abastecimento de água. Diante desse cenário, ao longo dos últimos anos, tem havido um esforço governamental significativo para oferecer soluções alternativas que visem garantir um acesso básico à água de qualidade para consumo humano. Tem crescido a percepção de que são necessários programas, processos e ações de desenvolvimento sustentável que envolvam a participação das comunidades e se utilizem de soluções compatíveis com características econômicas e sociais específicas.

Resultado disso é que desde 2003 já foram apoiadas a implantação de mais de 1,3 milhão de cisternas de 16 mil litros, no âmbito do Programa Água Para Todos (destas, cerca de 850 mil cisternas entregues pelo Programa Cisternas, da SESAN/MDS), tecnologia utilizada para



a captação e armazenamento de água de chuva, atendimento esse concentrado basicamente na região Nordeste, em especial no semiárido legal. Nessa região, a baixa pluviometria média, a elevada variabilidade na distribuição espacial e temporal de chuvas, acompanhada de limitações nas possibilidades de extração de águas subterrâneas, devido tanto à formação cristalina quanto à salubridade dos solos, dificultam o acesso à água principalmente por parte das populações rurais. A maior parte do acesso à água era realizada por meio de poços localizados a longas distâncias das residências, na maioria das vezes com água salobra, e açudes e barreiros de água de baixa qualidade.

O atendimento nessa região conseguiu alcançar a maior parte da demanda que havia sido projetada em 2011, mas a atualização da base do Cadastro Único ainda indica a existência de um grande número de famílias sem acesso à água de qualidade para o consumo humano, o que exige a continuidade da ampla coordenação iniciada com o Programa Água para Todos.

No caso das escolas rurais, de acordo com dados do MEC/INEP (2013), estima-se que cerca de 10 mil escolas rurais da região do semiárido não têm acesso a qualquer forma de abastecimento de água ou acessam água apenas de rios, riachos ou córregos, constituindo um acesso muito precário, que pode inclusive inviabilizar o funcionamento das unidades. A implantação de estruturas descentralizadas nestas escolas, portanto, deve servir aos propósitos tanto de fortalecer o abastecimento de água com vistas ao consumo humano, como de conscientizar alunos e professores sobre os temas do acesso e gestão da água para a convivência com o meio ambiente, constituindo parte da estratégia de universalização do acesso à água na região.

Na região Norte, o problema geralmente está relacionado com a poluição das fontes hídricas, que limita a disponibilidade de água de boa qualidade. A carência de saneamento básico nas áreas rurais (esgotamento sanitário e tratamento dos resíduos sólidos) e a proliferação de domicílios com fossas e poços construídos sem requisitos mínimos de proteção sanitária favorecem a contaminação das fontes de abastecimento de água da população, que em sua maior parte é ribeirinha. Essas comunidades são extremamente dispersas, pouco adensadas e com as moradias construídas sobre palafitas, o que torna a implantação de rede de distribuição de água tarefa pouco viável.

Alternativas de atendimento para essa região também passam pela implantação de tecnologias sociais adaptadas às condições socioeconômicas e ambientais específicas, de



estruturas descentralizadas de abastecimento de água que promovam a democratização do acesso e sua apropriação pela população diretamente beneficiada.

Inseridos em diversas dessas realidades, os povos e comunidades tradicionais, apesar do importante papel que exercem na conservação da biodiversidade e da cultura do país, possuem graves dificuldades de acesso à água de qualidade. Considerando que essa população está entre os que apresentam os piores índices de insegurança alimentar e nutricional registrados no Brasil, a perspectiva é que constitua público alvo com maior prioridade de atendimento no próximo período.

Para grande parte da população rural, a única alternativa são tecnologias que visem à captação e ao armazenamento de águas pluviais, solução simples, de baixo custo, já amplamente difundida no semiárido e com evidências concretas de que tem melhorado as condições de vida das famílias dessa região.

Para pequenos núcleos comunitários isolados é viável implementar sistemas simplificados de abastecimento de água, que, apesar dos custos relativamente mais elevados, possuem uma escala de atendimento maior. Esses sistemas incluem uma infraestrutura hídrica simples de captação da água de poços, podendo ser utilizado também mecanismos de dessalinização, e a disponibilização para pequenos núcleos comunitários isolados. Nesse caso, o arranjo para a execução dessa ação deve envolver também outros órgãos no âmbito do governo federal, com atuação direta no problema do acesso à água. Esse arranjo é fundamental para que seja alcançada a meta de universalização do acesso à água para famílias da zona rural do semiárido brasileiro.

Além dessas duas alternativas, um esforço também deve ser feito no sentido de identificar outras tecnologias de captação e armazenamento de água que atendam às especificidades de famílias rurais de outras regiões que também sofrem com a falta de acesso à água de qualidade para o consumo, e dos povos e comunidades tradicionais e povos indígenas. Outro desafio importante é identificar estratégias para a expansão gradual do atendimento nas demais regiões, a partir de tecnologias sociais adaptadas.

Apesar do cenário positivo, inúmeros desafios ainda subsistem, bem como outros surgiram à medida que foram superados outros tantos. Em que pese a saída do Brasil do Mapa da Fome, ainda há grupos vulneráveis sujeitos à Insegurança Alimentar, especialmente, povos e comunidades tradicionais – PCTs. Os diferentes indicadores, entre eles a prevalência de desnutrição infantil e de extrema pobreza, evidenciam isso. Os desafios de abastecimento e

acesso à alimentação adequada e saudável passam primeiramente pelos esforços de modelos produtivos mais sustentáveis, com foco em circuitos curtos de produção e consumo e na redução de desperdícios "dentro" e "fora da porteira". Os desafios estão ligados também com a organização e a maturidade das cadeias de suprimentos dos diversos alimentos produzidos no país, incluindo desafios que ainda persistem na infraestrutura de transporte e armazenamento, na criação, modernização e inovação nas estruturas de comercialização e disponibilização de alimentos, nas informações de mercado e tecnologias de informação para tanto e, principalmente, na integração de políticas públicas de abastecimento.

Em relação às políticas públicas, o apoio e o fortalecimento das estruturas e equipamentos de SAN, e do conjunto de espaços, serviços e estruturas de apoio à comercialização de alimentos, em especial os provenientes da Agricultura Familiar, se fazem estratégicos.

Na mesma medida, faz-se necessário que nos próximos anos haja uma maior interação, sinergia e poder de alavancagem entre as políticas de compras, a partir do aperfeiçoamento dos seus instrumentos legais e da promoção de ações de articulação federativa, objetivando a ampliação das aquisições de alimentos e a sua melhor distribuição em todo território nacional. Para tanto, devem ser exploradas ações integradas que envolvam o aprimoramento e a criação de conexões entre os marcos legais do PAA e do PNAE e outros programas de compras de alimentos em todo país, que envolvam a criação de uma rede de agentes parceiros para apoio e facilitação da comercialização e do abastecimento de alimentos, e, por fim, que envolvam a qualificação e a organização da oferta de produtos alimentícios, com ênfase nos produtos da agricultura familiar.

Assim, a presente cooperação entre o MDS e o IICA gera expectativa de contribuir para a superação, principalmente, mas sem esgotar seu escopo, dos seguintes gargalos:

- Insegurança Alimentar e Nutricional que persiste em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais;
- Produção em níveis ainda não satisfatórios de alimentos saudáveis e sustentáveis;
- Abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável ainda não apropriados;

- Consumo de alimentos adequados e saudáveis ainda com grande potencial de crescimento;
- Acesso, ainda não em sua plenitude, da água para a população pobre no meio rural; e
- Necessidade de permanente consolidação da implementação do SISAN.

## 2. JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DO IICA E ENQUADRAMENTO NO PLANO DE MÉDIO PRAZO

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), organismo especializado em agricultura do sistema interamericano, foi fundado em 1942 e tem sua Sede Central em San José, Costa Rica. Constitui uma rede de alcance hemisférico, com 18 países observadores e representações em 34 países das Américas, além de um escritório na Europa, localizado em Madrid.

O IICA busca atuar no fortalecimento institucional para dotar os países de instituições capacitadas a superar seus desafios e alcançar objetivos e metas de desenvolvimento sustentável e de bem-estar rural.

Por ser considerado um organismo de cooperação técnica comprometido com o desenvolvimento rural sustentável das Américas, promove um esforço permanente de reposicionamento institucional, a fim de acompanhar as mudanças no contexto internacional e nacional e enfrentar os novos desafios da agricultura e do meio rural contemporâneo para atender a demanda dos países-membros.

Em sua missão de promover a cooperação técnica internacional, fomenta o desenvolvimento de capacidades e o fortalecimento institucional, formula e executa projetos, estimula e facilita o intercâmbio de conhecimentos e experiências, além de apoiar a proposição e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável.

O IICA é uma rede com infraestrutura, recursos qualificados e valiosas plataformas, programas e projetos em nível hemisférico, regional e nacional. Possui redes de inovação que permitem intercambiar metodologias, experiências, boas práticas, tecnologias e conhecimentos, articulando programas e centros nacionais e internacionais de pesquisa nas diferentes regiões, a

destacar o Procinorte, Promocafé, Procicaribe, Procicentral, Procitropicos, Prociandino e Procisur. Na esfera regional, merece mencionar as redes de políticas do IICA, como o Conselho Agropecuário do Sul, Centroamericano e Comunidade do Caribe.

Na sua estrutura hemisférica de cooperação técnica, o Instituto disponibiliza plataformas de intercâmbio de políticas em desenvolvimento rural com enfoque territorial, a exemplo do Foro Internacional do Desenvolvimento Rural Sustentável, o *Programa Iberoamericano de Cooperación en Gestión Territorial* (Proterritorios) e a *Estrategia Centroamericana de Desarrollo Rural Territorial* (ECADERT).

Com a preocupação de promover uma agricultura competitiva, sustentável e inclusiva, focaliza sua atuação nas áreas de desenvolvimento territorial, inovação, sanidade agropecuária, agronegócio, tomando os recursos naturais e mudanças climáticas, bem como a agricultura e segurança alimentar como temas transversais.

No Brasil, o IICA está presente desde 1964, participando a partir de então, proativamente, na criação e estruturação de importantes instituições fundamentais para a promoção do desenvolvimento rural brasileiro. O Instituto apoiou tecnicamente a criação do Centro de Pesquisa do Cacau (CEPEC) e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), atuação esta que se ampliou nos anos setenta através de apoio institucional e assistência técnica para a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), e do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), instituição que deu origem ao atual Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O IICA tem atuação destacada ainda em temas como o meio ambiente e o desenvolvimento regional, ambos claramente vinculados à questão do desenvolvimento rural. Prova disso, é a participação do IICA na montagem e estruturação do PDSA (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido); do PDNE (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste); do PAS (Plano Amazônia Sustentável); PDCO (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Centro-oeste), entre outros, os quais vêm servindo de apoio e base para a ação do Ministério da Integração Nacional, da SUDENE e da SUDAM, entre outras instituições.

Em função do seu histórico, trajetória de atuação técnica e expertise na temática de desenvolvimento rural sustentável ao longo dos anos, o Instituto passou a ser referência

estratégica na geração e difusão de conhecimentos e informações relacionados com o planejamento e gestão de territórios rurais, geração de ocupações não-agrícolas no meio rural, turismo rural, agricultura familiar, crédito fundiário, cooperativismo e associativismo e capacitação de dirigentes, técnicos e lideranças rurais.

Assim, merecem destaque e referência as iniciativas de cooperação técnica desenvolvidas pelo IICA Brasil, relacionadas ao desenvolvimento de comunidades rurais com enfoque territorial. O breve relato dos marcos da atuação do IICA seja em escala hemisférica, regional ou nacional (Brasil), retrata sua contribuição para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Dessa forma, nota-se que todas estas experiências do IICA em ações de interesse do desenvolvimento rural no País comprovam sua capacidade técnica, habilitando-o como parceiro relevante da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para a realização deste Projeto e para a concretização dos objetivos almejados.

Nessa perspectiva, a contribuição técnica do IICA no Brasil é marcada por meio do provimento de experiência e conhecimento específicos em negociação, pela elaboração e execução de projetos de desenvolvimento rural; pela mobilização da rede interamericana de especialistas; pela aproximação e articulação de instituições nacionais e estrangeiras para mobilizar recursos e alcançar objetivos convergentes ou complementares; e pela disponibilização de sua capilaridade para captação e difusão de conhecimentos e informações.

Complementarmente à sua contribuição técnica, a escolha do IICA como parceiro na presente cooperação se dá em função do acúmulo e intercâmbio, nos mais de 50 anos de atuação no Brasil, de conhecimentos e experiências em áreas estratégicas. Nesse período, as parcerias celebradas pelo IICA no Brasil consolidaram-se junto a mais de mil organizações dos três setores da sociedade, abrangendo os três níveis de governo da federação, junto a quase 90% dos estados brasileiros.

Nesse contexto, o presente projeto configura-se como um instrumento eficaz de cooperação técnica e coincide com as diretrizes da ABC/MRE. Segundo esta Agência de Cooperação, para que a cooperação técnica contribua efetivamente para os objetivos a que se propõe, é necessário que o planejamento das ações a serem implementadas seja consistente, no sentido de buscar com que o trabalho desenvolvido realmente apresente os impactos



positivos almejados. E complementa: um dos instrumentos mais importantes de esclarecimento do escopo do trabalho, por meio do qual se solicita a cooperação técnica é o documento de projeto. É por meio dele que são transmitidas informações básicas sobre os objetivos a serem atingidos, os meios necessários e os prazos de execução previstos, entre outros dados.

Ao considerar a cooperação técnica internacional um processo interativo, sem fins lucrativos, que busca desenvolver capacidades de pessoas, instituições e segmentos sociais para desempenhar funções, resolver problemas, estabelecer e alcançar objetivos com foco no desenvolvimento rural sustentável, o IICA define o PCT como um instrumento de alinhamento das ações que desenvolve em favor da execução do seu Plano de Médio Prazo<sup>1</sup>.

Destaca-se que este projeto, no plano internacional, se enquadra na Estratégia Operativa do Plano de Médio Prazo (PMP) 2014/2018 do IICA.

Um dos compromissos da atual gestão do IICA pressupõe uma atuação baseada em conhecimentos para apoiar as políticas públicas em favor do desenvolvimento de uma agricultura competitiva e sustentável, ou seja, mais produtiva e inclusiva para as Américas. Assim, o IICA, no cumprimento de sua visão institucional, prevê no seu PMP (2014 a 2018) o alcance de "uma agricultura interamericana competitiva, inclusiva e sustentável". Desse modo, a agricultura deverá gerar soluções que permitam incorporar a pequena empresa agropecuária e a agricultura de pequena escala e familiar, criar empregos com efeitos multiplicadores nas economias rurais e reduzir a pobreza rural. Também se requer uma participação mais equitativa nos benefícios do esforço produtivo e nas decisões sobre os problemas e as oportunidades com que se defrontam todos os atores do tecido social nos territórios rurais.

O presente Projeto de Cooperação Técnica, foco deste documento, a ser desenvolvido no âmbito da parceria entre o IICA, a ABC/MRE e a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/MDS tem como objetivo Contribuir para a promoção do abastecimento e acesso da população brasileira à alimentação adequada e saudável, à inclusão produtiva rural e à ampliação do acesso à água para a população pobre no meio rural e garantir Segurança Alimentar e Nutricional para toda a sociedade, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais.

No âmbito institucional IICA, evidencia-se que as atividades deste PCT estão pautadas por orientações como as que estruturam o Plano de Médio Prazo-PMP, do IICA, para o período

---

1 Os Planos de Médio Prazo (PMP) são instrumentos pelos quais são propostas as orientações para as atividades do IICA e define sua estratégia operativa para um período de quatro anos, com o objetivo de responder, de maneira adequada, à realidade de um momento histórico determinado.

2014-2018. Como agência especializada do Sistema Interamericano, o IICA tem mandato para responder às demandas globais, hemisféricas e regionais, trabalhadas por seus países-membros nas áreas temáticas de sua competência institucional. Para realizar tarefas dessa natureza, o Instituto privilegia a provisão de bens públicos nacionais e internacionais; considera as diferenças decorrentes da heterogeneidade; mobiliza sua capacidade técnica para atender as demandas dos países; e flexibiliza iniciativas requeridas para o tratamento de questões relacionadas à gestão dos recursos naturais.

O IICA tem assumido na sua atual gestão o compromisso com os resultados. O PMP 2014-218 propicia a evolução do modelo de cooperação técnica a fim de consolidar o Instituto como uma organização orientada para o alcance de resultados concretos.

Neste sentido, o IICA tem compromissos e atuação lastreada por conhecimentos orientados para a identificação e adoção de políticas, estratégias e marcos institucionais inovadores que promovam novos modelos e tecnologias produtivas harmonizadas com o ambiente, capazes, assim, de contribuir para a redução dos impactos das atividades humanas sobre os recursos naturais.

O presente PCT vem ao encontro da missão do Instituto, que estabelece o provimento de cooperação técnica, inovação e conhecimento especializado para o desenvolvimento competitivo e sustentável nas Américas e o melhoramento da vida dos habitantes nos países membros.

Por conseguinte, este PCT está sintonizado com o objetivo estratégico 4 do Instituto previsto em seu PMP 2014/2018, que prevê: Melhorar a contribuição da agricultura à segurança alimentar. Para agregar valor às iniciativas que buscam resolver o problema da insegurança alimentar e nutricional, o IICA promoverá: a) a formulação de propostas de políticas públicas orientadas a garantir a disponibilidade de alimentos de qualidade e o acesso a eles em zonas y populações rurais vulneráveis; b) a inovação para a produtividade e a competitividade, como elementos centrais da segurança alimentar e nutricional; c) a elaboração e aplicação de modelos de negócios competitivos, sustentáveis e incluídos, sobre tudo relacionados com a agricultura familiar, para garantir o fornecimento de alimentos de boa qualidade e o aumento das receitas; d) a cooperação para reduzir as perdas de matérias primas e alimentos na etapa de processamento; e) a contribuição da agricultura familiar ao fornecimento de alimentos; e f) o incremento das competências institucionais em matéria de segurança alimentar e nutricional.

Este Projeto, ainda, se enquadra nos 4 Projetos Insignias do Instituto, quais sejam: 1. Competitividade e sustentabilidade das cadeias agrícolas para a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico. 2. Inclusão na agricultura e territórios rurais. 3. Resiliência e gestão integral de riscos na agricultura. 4. Produtividade e sustentabilidade da agricultura familiar para a segurança alimentar e economia rural.

Os “projetos insignia” são o eixo principal da cooperação técnica direcionada a alcançar as contribuições institucionais propostas para o período 2014-2018 relacionadas com a competitividade, a sustentabilidade e a inclusão.

Tudo isso aponta para o alcance da cadeia de resultados esperados que, claramente expressados nas estratégias do IICA nos países, estão vinculados às transformações desejadas nos Estados Membros segundo os objetivos estratégicos do PMP.

Com relação à Estratégia IICA-País, tratada no PMP 2014-2018 do Instituto, a Representação do IICA no Brasil trabalha com o objetivo de orientar a cooperação oferecida pelo Instituto na linha das diretrizes e prioridades adotadas pelo governo brasileiro, oferecendo prestação de serviços de assessoria técnica especializada, transferência de conhecimentos, realização de eventos e intercâmbio nacionais e internacionais, capacitação e formação de capital humano, realização de estudos especializados e avaliações técnicas em geral.

Por fim, cabe destacar que por meio da cooperação com o IICA será possível impulsionar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aumentando a infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agropecuários, desenvolvimento de tecnologias, bancos de genes de plantas e animais e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

### **3. CENÁRIO FINAL ESPERADO**

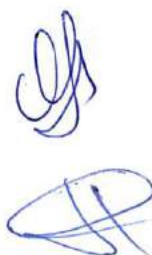
Em sua missão de promover políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no sentido de garantir integralmente o Direito Humano à Alimentação Adequada, a SESAN, resguardado seu mandato institucional, têm como desafios, atuando direta ou indiretamente em cada um deles:



- Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional que persiste em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais;
- Ampliar a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis;
- Contribuir para a promoção do abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável;
- Promover o consumo de alimentos adequados e saudáveis e contribuir para a prevenção de doenças decorrentes da má alimentação;
- Contribuir para ampliar o acesso à água para consumo humano para a população pobre no meio rural;
- Consolidar a implementação do SISAN, aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social;
- Estruturar e Consolidar o Diálogo e a Cooperação Internacional do Brasil para promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Nesse contexto, é fundamental destacar também a garantia do acesso à alimentação às populações mais vulneráveis socialmente: já se registrou que no Brasil, desde a recriação do CONSEA e a instituição do SISAN, muito se avançou na concretização da política de segurança alimentar. Recentemente, vem se enfatizando, especialmente, a qualidade da alimentação, com ações de educação alimentar e nutricional direcionadas ao estímulo à alimentação saudável e à redução da obesidade.

Outro desafio que se avizinha é contribuir para melhorar a distribuição e acesso de alimentos adequados e saudáveis, desafio cujas estratégias que poderão ser perseguidas envolvem os programas de compras públicas, principalmente, bem como por meio de outras iniciativas como distribuição de alimentos. Importante considerar, em uma visão de integração de políticas públicas, a institucionalização das políticas de desenvolvimento rural e de apoio à agricultura familiar – nesse caso, temas como ampliação do crédito, agregação de valor, acesso a mercados, redução da pobreza rural e sustentabilidade ambiental, atualmente, orientam e articulam ações e programas governamentais. Estas últimas se somam às ações implementadas pela SESAN, contribuindo para o alcance do cenário delineado nesse parágrafo.



O desafio de contribuir para o acesso à água para o consumo humano e produção para a população pobre no meio rural, bem como fomentar atividades produtivas rurais dessa população, tem como estratégias as tecnologias sociais de cisternas para consumo e cisternas de produção, bem como o Programa de Fomento, sendo estes fundamentais para sua superação.

Finalmente, consolidar a implementação do SISAN, promovendo o acesso e disponibilidade de alimentos adequados e saudáveis com redução da perda de desperdícios e de forma sustentável. Nesse sentido, consolidar o SISAN no território nacional como principal vetor da capacidade institucional de planejamento, execução e monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é objetivo fundamental, que se coloca especialmente para o Ministério do Desenvolvimento Social por suas atribuições na condução de tal política.

Assim, o cenário final esperado dialoga na perspectiva de execução de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, sob o ponto de vista do aperfeiçoamento e fortalecimento dos instrumentos que embasam essa política, bem como pela necessidade incansável e constante de avançar na sua institucionalidade e na gestão partilhada de seu conteúdo.

À medida que nos aproximamos desse cenário, nos aproximamos também do aprimoramento do papel regulador do Estado na proteção do Direito Humano à Alimentação Adequada e na intersectorialidade na ação estatal no que diz respeito à Segurança Alimentar e Nutricional.

Cabe observar que a Segurança Alimentar e Nutricional é ainda um conceito relativamente novo, que gradativamente, como dito, vem sendo incorporado à atuação do Governo e às motivações da sociedade brasileira: ou seja, se muito se avançou na discussão do tema no país, especialmente em período recente, permanece ainda relevante o esforço para sua consolidação no contexto da política pública. Pode-se afirmar que ainda há espaço para aprimorar os processos que envolvem os programas e ações de Segurança Alimentar e Nutricional desenvolvidos pelo MDS, no que se refere tanto ao seu conteúdo programático como às estratégias para a sua execução.

Igualmente, e de forma transversal, o projeto reúne expectativas desta Secretaria na contribuição para a concretização de uma política de abastecimento, particularmente com o apoio a circuitos locais de produção e consumo e sistemas agroalimentares diversificados e

sustentáveis baseados em pequenos empreendimentos rurais e urbanos dedicados ao cultivo, transformação e comercialização de sua produção; além da superação da extrema pobreza, esforço que vem sendo empreendido pelo Governo Federal ao longo dos últimos anos.

#### **4. BENEFICIÁRIOS**

Os beneficiários do Projeto, além da própria SESAN, que aprimorará seus sistemas e fluxos de gestão de políticas públicas, se apropriará de conhecimentos e disporá de técnicos mais capacitados para o cumprimento de sua missão institucional, incluem ainda o Ministério do Desenvolvimento Social, que terá sua imagem fortalecida e será reconhecido pela sociedade brasileira como agente promotor de Segurança Alimentar e Nutricional; a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Governos Estaduais e Municipais, já que o desenvolvimento institucional do MDS e SESAN permitirá uma relação mais qualificada quando execução de programas e políticas públicas de maneira conjunta; a Sociedade Civil, fundamental no sistema de governança de Segurança Alimentar e Nutricional, que por conta de um aperfeiçoamento dos instrumentos governamentais utilizados na interação com o governo para o processo de formulação, implementação monitoramento e avaliação de políticas públicas, poderá atuar e dialogar de maneira mais apropriada; a sociedade, como destinatária final das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, ao melhorar a qualidade e ampliar o acesso a alimentos, na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada; e os agricultores familiares diretamente beneficiados pelas políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional implementadas pela Secretaria.

#### **5. OBJETIVOS E RESULTADOS DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

##### **5.1 OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO**

Contribuir para a promoção do abastecimento e acesso da população brasileira à alimentação adequada e saudável, à inclusão produtiva rural e à ampliação do acesso à água para a população pobre no meio rural e garantir a segurança alimentar e nutricional para toda a sociedade, inclusive povos e comunidades tradicionais.

## **5.2 OBJETIVOS IMEDIATOS E RESULTADOS**

### **OBJETIVO IMEDIATO 1**

Prover informações, conhecimentos e subsídios técnicos que aprimorem a capacidade da SESAN/MDS no desenvolvimento, fortalecimento e gestão integrada de políticas, programas e projetos relacionados ao abastecimento e acesso à alimentação adequada e saudável, à água e inclusão produtiva rural no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

**Resultado 1.1** – Estratégias para acesso, disponibilidade, perdas e desperdícios de alimentos ao longo de toda a cadeia produtiva, no contexto da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outros, desenvolvidas e implementadas;

**Resultado 1.2** – Ações de inclusão produtiva rural e de segurança alimentar e nutricional, levando em consideração as especificidades de população, tais como povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, aperfeiçoadas;

**Resultado 1.3** – Estratégias para execução dos programas relacionados à segurança alimentar e acesso à água, incluindo metodologia específica para a avaliação de desempenho das entidades executoras do Programa Cisternas, e qualificação do processo de seleção das famílias beneficiárias das ações de inclusão produtiva rural, entre outros, validadas;

**Resultado 1.4** – Diagnósticos de impacto de programas relacionados à segurança alimentar com base na capacidade de produção, estrutura de atores que participam destes programas, a proposição de atendimento e espaços geográficos em relação ao acesso e disponibilidade a alimentos saudáveis, realizados;

**Resultado 1.5** – Metodologias e estratégias para qualificação, acompanhamento, monitoramento e aprimoramento de processos e execuções relacionados à compra de produtos da agricultura familiar no âmbito de programas governamentais que visam à segurança alimentar e junto às organizações militares propostas, validadas e implementadas;

**Resultado 1.6** – Modelo de termo de adesão junto a cooperativas e associações que participam do Programa de Aquisição de Alimentos, em suas diferentes modalidades, desenvolvido e validado;

## **OBJETIVO IMEDIATO 2:**

Desenvolver capacidades para absorver informações, conhecimentos e tecnologias inovadoras no que tange as políticas públicas relacionadas ao abastecimento e acesso à alimentação adequada e saudável, à água e inclusão produtiva rural no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

**Resultado 2.1** – Estratégias e metodologias de formação, qualificação e aprimoramento de capacidades para instituições que desenvolvam atividades relacionadas à promoção da alimentação saudável, redução e prevenção de perdas e desperdícios de alimentos, elaboradas e validadas;

**Resultado 2.2** – Experiências bem-sucedidas relacionadas à melhoria do acesso e disponibilidade de alimentos saudáveis e inclusão produtiva rural, entre outros, sistematizadas, internalizadas e disseminadas;

**Resultado 2.3** – Propostas metodológica e de conteúdo para capacitação de técnicos e entidades executoras de programas de inclusão produtiva rural, entre outros, incluindo, quando necessário, componente EAD, e atendendo às especificidades de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, elaboradas e validadas;



**Resultado 2.4** – Fornecedores e equipes técnicas de programas governamentais que visam à segurança alimentar capacitados em tecnologias de produção e nas diferentes modalidades de execução destes programas;

**Resultado 2.5.** – Estratégias e metodologias de formação, capacitação e treinamento de técnicos, produtores rurais e povos e comunidades tradicionais para atuarem como multiplicadores, elaboradas e validadas, em temas relacionados à alimentação saudável, perdas e desperdício de alimentos e inclusão produtiva rural.

### **OBJETIVO IMEDIATO 3:**

Consolidar a estratégia de atuação da SESAN no aprimoramento de suas diretrizes, definição de critérios, internalização de informações e conhecimentos, e de tecnologias inovadoras necessárias à melhoria das políticas públicas relacionadas ao abastecimento e acesso à alimentação adequada e saudável, à água e inclusão produtiva rural no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

**Resultado 3.1** – Conteúdos técnicos e educativos, com linguagem acessível, sobre alimentação saudável, perdas, desperdício de alimentos e inclusão produtiva rural, incluindo, quando couber, a modalidade à distância (EAD), em ambiente virtual de aprendizagem (AVA), padronizados e validados, considerando as especificidades de cada público a ser atingido;

**Resultado 3.2** - Estratégias de aprimoramento e promoção de ações de inclusão produtiva rural, comércio de produtos da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais, alimentação saudável, contendo análise e sugestões de aprimoramento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outros, identificadas, organizadas e propostas.

**Resultado 3.3** – Tecnologias de inclusão produtiva rural e de acesso à água no âmbito dos programas da SESAN/MDS, sistematizadas e padronizadas;

**Resultado 3.4** – Sistemas de informação governamentais referentes à segurança alimentar e nutricional aprimorados e atualizados.

## 6. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

A estratégia de implantação do PCT, concebida pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS) para o desenvolvimento do Projeto, prevê a execução em 48 meses de tal forma que cada objetivo imediato seja alcançado.

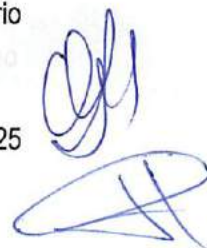
Compõe a estratégia de desenvolvimento e articulação institucional as contribuições e parcerias da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS) com especialistas do IICA, parceiros institucionais que mantenham sinergias com os objetivos do presente Projeto, consultores nacionais e internacionais, pessoas físicas ou jurídicas, que venham a ser contratadas objetivando garantir a eficácia e o desenvolvimento das ações previstas durante a vigência deste Projeto.

A Diretoria de Cooperação Técnica – DCT da Secretaria Executiva é a unidade responsável por planejar e coordenar técnica e administrativamente os projetos de cooperação técnica objeto de acordo com organismo internacional desenvolvidos no âmbito deste Ministério. Ressalta-se que a gestão física, orçamentária e financeira do Projeto ficará a cargo da DCT, que possui equipe para desempenhar as atividades referentes ao planejamento, execução, monitoramento e avaliação do Projeto.

A Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS), como executora das ações decorrentes do PCT, a Diretoria de Cooperação Técnica (DCT/SE/MDS), junto com o suporte institucional, técnico e operacional do IICA e em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) implantarão todas as ações e atividades previstas no Projeto. A gestão do PCT ocorrerá em dois níveis: deliberativo e operacional.

No nível deliberativo estão envolvidos o IICA, a ABC, SESAN/MDS e a DCT/SE/MDS que indicarão os representantes para constituir o Comitê Diretivo do Projeto. No nível operacional estão envolvidos o IICA e a SESAN/MDS que indicarão empregados dos seus quadros para compor a Coordenação de execução técnica e operacional do Projeto.

A Coordenação Executiva será composta por servidores da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS) e da Diretoria de Cooperação Técnica (DCT/SE/MDS) e pelo Diretor Nacional do Projeto, função desempenhada pelo Secretário



Executivo do MDS, e Coordenador Nacional do Projeto, função desempenhada pelo Diretor de Cooperação Técnica da Secretaria Executiva/MDS, que terão entre outras funções a responsabilidade de ordenadores de despesas. Por parte do IICA, haverá um Supervisor de Projeto, sediado em Brasília. Este comitê gestor será responsável pelo direcionamento de esforços para que, de forma integrada e complementar, alcancem plenamente os objetivos imediatos e de desenvolvimento. Ao comitê cabem as iniciativas de articulação intra e interinstitucional, em níveis nacional, estadual e regional para a consecução dos objetivos do PCT.

Com a antecedência de 60 (sessenta) dias ao término da vigência do Plano Operativo Anual (POA) anterior, sendo o primeiro POA entregue em até 30 dias após a assinatura do projeto, será encaminhado a ABC e ao IICA e as ações previstas no cronograma do projeto que só poderão ser iniciadas após a elaboração do POA do ano fiscal em vigência.

O POA de cada ano fiscal deverá conter os seguintes elementos:

- Objetivos e produtos específicos previstos;
- Ações a realizar para cumprimento das metas;
- Descritivo da metodologia a ser utilizada em cada ação;
- Detalhamento das atividades a serem desenvolvidas;
- Cronograma físico e orçamentário;
- Resultados a serem gerados;
- Benefícios esperados.

A avaliação das ações e atividades do PCT serão avaliadas periodicamente e estarão baseadas nas informações resultantes do acompanhamento do POA anual.

Os produtos serão elaborados por consultores – pessoas físicas ou jurídicas contratadas pelo IICA – de acordo com a especialidade requerida e as normas vigentes. Caberá a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS) e ao IICA, conjuntamente, a coordenação, o acompanhamento e a supervisão dos trabalhos dos consultores contratados.

As iniciativas desenvolvidas no âmbito do PCT deverão estar alinhadas ao objetivo de desenvolvimento, que é a referência comum aos objetivos imediatos, produtos, atividades, ações e seus desdobramentos. A contratação e o desenvolvimento de ações de consultorias seguirão os seguintes passos:



- Elaboração e ajuste dos termos de referência;
- Identificação de especialistas;
- Seleção e contratação do consultor;
- Supervisão e avaliação dos trabalhos desenvolvidos pelo consultor;
- Apresentação dos produtos, conforme os termos de referência.

No desenvolvimento do PCT o aporte de informações e conhecimento especializados oriundos do Brasil ou de outros países seguirão os mesmos passos da consultoria, serão fornecidos por diversas modalidades de capacitação e auxiliarão no alcance dos objetivos do Projeto.

Todas as atividades desenvolvidas serão objeto de permanente monitoramento e avaliação por parte da coordenação executiva e técnica do PCT.

A evolução das atividades do PCT será monitorada através da elaboração de relatórios técnicos e de progresso e os produtos gerados devem estar em consonância com os resultados esperados e servirão de subsídio para as avaliações dos Planos Operativos Anuais. Visitas técnicas com representantes da ABC, do IICA e da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS) também servirão de elementos para a avaliação dos POA.

Os relatórios técnicos do PCT elaborados pelas instituições e pelos consultores, especialistas e técnicos internacionais e nacionais devem estar de acordo com os seus respectivos termos de referência.

Os relatórios de progresso do PCT serão elaborados eletronicamente no SIGAP e deverão seguir as regras estabelecidas pela ABC/MRE.

O relatório final do PCT deve estar de acordo com o roteiro estabelecido pelo IICA e pela ABC/MRE e aprovado pelo Comitê Diretivo.

#### **6.1 Expectativa da Sustentabilidade dos Resultados do PCT no âmbito do MDS**

Espera-se que ao final deste PCT, a política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil esteja consolidada e aprimorada por meio do fortalecimento dos seus programas e políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional sob a responsabilidade do MDS, que sob



uma gestão intersetorial e integrada, busca a convergência da atuação governamental para o enfrentamento da Insegurança Alimentar e Nutricional, bem como da pobreza.

A sustentabilidade dos resultados deste Projeto será assegurada pelas mudanças promovidas nos programas de Segurança Alimentar e Nutricional, que, ampliados e consolidados, deflagrarão inovações importantes para ampliar e maximizar o alcance de seus resultados. O projeto proverá insumos técnicos para consecução dos objetivos, metas e iniciativas do Programa Temático Segurança Alimentar e Nutricional no contexto do PPA 2016-2019. Contribuirá também para consolidar o SISAN ao fortalecer ações de equipamentos públicos propiciando o aprimoramento de seu modelo também com a função de combate às perdas e desperdícios de alimentos, buscando condições para ampliar o acesso a uma alimentação adequada especialmente dos grupos sociais mais vulneráveis (mulheres, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares em situação de pobreza, entre outros) e permitindo a criação de um ambiente que propicie novas práticas na inclusão produtiva.

Em outras palavras, há a expectativa de que o Projeto de Cooperação, por meio da internalização de seus produtos, permita estabelecer arranjos institucionais de gestão e constituir processos de execução e acompanhamento dos programas que contribuirão para o alcance mais efetivo das metas organizacionais da secretaria, mas também para ampliar o acesso aos direitos de cidadania por aqueles grupos sociais. Por meio dos arranjos e processos consolidados, serão estabelecidas estratégias mais diversas para a efetivação dos programas de maneira mais racional e apropriada.

As metodologias e as estratégias desenvolvidas no âmbito do PCT certamente contribuirão para promover a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis, inclusive por parte dos grupos sociais mais vulneráveis, impulsionando as atividades futuras, por meio do fortalecimento da capacidade institucional deste Ministério. Além disso, os resultados esperados decorrentes deste PCT estão estritamente vinculados ao aprimoramento de políticas públicas nacionais e contribuirão para que elas sejam desenvolvidas a contento, assegurando sua sustentabilidade e continuidade.

## **6.2 Avaliação de Riscos**

Para o alcance dos resultados esperados, o MDS poderá contar com a cooperação entre órgãos públicos nas três esferas de governo, sociedade civil e setor privado, especialmente no que diz respeito às metas do Plano Plurianual - PPA. Por essa razão, é de fundamental importância o estabelecimento das parcerias e a definição de responsabilidades e prazos para o desenvolvimento das atividades.

O Projeto está vinculado diretamente a execução das ações pelo MDS previstas no PPA.

Outro fator de garantia da cooperação é a disponibilidade de recursos orçamentários para o apoio das atividades aqui programadas.

### **6.3 Capacidade de Contrapartida da Instituição Nacional**

A capacidade físico-financeira de contrapartida da instituição nacional deverá ser expressa por seu aporte ao Projeto.

A Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS) colocará à disposição do projeto em termos de pessoal técnico e administrativo pertencente ao seu quadro de funcionários sem ônus para o projeto. Para tanto, serão considerados os critérios de oportunidade, capacitação específica para o desempenho das atividades e adequação às necessidades identificadas em termos de quantidade de pessoal requerido.

## **7. MATRIZ LÓGICA DO PROJETO**

A Matriz Lógica apresenta de forma esquemática os objetivos, resultados, indicadores do projeto e meios de verificação. A Coordenação Executiva do Projeto deverá utilizar a matriz lógica como ferramenta junto com o cronograma de execução e o plano operativo do ano de planejamento e acompanhamento da execução do PCT, e de tomada de decisões para correção de desvios e replanejamento das ações. Os indicadores e meios de verificação permitem aos envolvidos ABC/IICA/SESAN-MDS o acompanhamento e a análise do alcance dos resultados estabelecidos pelo PCT.



| <b>OBJETIVO IMEDIATO 1: Prover informações, conhecimentos e subsídios técnicos que aprimorem a capacidade da SESAN/MDSA no desenvolvimento, fortalecimento e gestão integrada de políticas, programas e projetos relacionados ao abastecimento e acesso à alimentação adequada e saudável, à água e inclusão produtiva rural no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.</b> |  |   |
|---|--|---|
| <b>RESULTADO</b>  | <b>INDICADORES</b>   | <b>VERIFICAÇÃO</b>                              |
| <b>RESULTADO 1.1:</b><br>Estratégias para acesso, disponibilidade, perdas e desperdícios de alimentos ao longo de toda a cadeia produtiva, no contexto da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outros, desenvolvidas e implementadas.   | Um estudo técnico contendo avaliação da operacionalização da ADA e proposição de modelo de execução operacional da ADA para aprimoramento de sua estratégia. | 01 relatório técnico elaborado e aprovado       |
|   | Um estudo técnico contendo metodologias para estruturação e formatação de cursos voltados aos programas da SESAN   | Um documento técnico elaborado e aprovado       |
|   | Cinco estudos técnicos contendo análise de perdas e desperdícios   | Cinco estudos técnicos elaborados e aprovados   |
|   | Três estudos técnicos contendo análise de acesso e disponibilidade de alimentos saudáveis  | Três relatórios técnicos elaborados e aprovados |
|   | Um estudo técnico relacionado à gestão da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos   | Um relatório técnico elaborado e aprovado       |
|   | Dois estudos técnicos contendo análise do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  | Dois relatórios técnicos elaborados e aprovados |

| <b>RESULTADO</b> | <b>INDICADORES</b> | <b>VERIFICAÇÃO</b> |
|------------------|--------------------|--------------------|
|------------------|--------------------|--------------------|

Projeto de Cooperação Técnica para a segurança alimentar e nutricional: a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis e o combate à pobreza rural - SESAN/MDS-ABC-ICA

|   |  |  |
|---|--|--|
| <p><b>RESULTADO 1.2:</b><br/>Ações de inclusão produtiva rural e de segurança alimentar e nutricional, levando em consideração as especificidades de população, tais como povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, aperfeiçoadas</p>   | <p>Três estudos técnicos contendo sistematização das demandas e as propostas de aperfeiçoamento de políticas de segurança alimentar e nutricional.</p> | <p>Três estudos técnicos aprovados e validados</p>     |
| <p><b>RESULTADO 1.3:</b><br/>Estratégias para execução dos programas relacionados à segurança alimentar e acesso à água, incluindo metodologia específica para a avaliação de desempenho das entidades executoras do Programa Cisternas, e qualificação do processo de seleção das famílias beneficiárias das ações de inclusão produtiva rural, entre outros, validadas;</p> | <p>Três estudos técnicos contendo metodologias para aperfeiçoamento da estratégia de execução dos programas</p>  | <p>Três documentos técnicos elaborados e validados</p> |
|   | <p>Dois estudos técnicos contendo metodologia para avaliação das entidades executoras</p>  | <p>Dois documentos técnicos elaborados e aprovados</p> |
|   | <p>Dois estudos técnicos contendo metodologia para avaliação do processo</p>   | <p>Dois documentos elaborados e aprovados</p>          |
| <p><b>RESULTADO 1.4:</b><br/>Diagnósticos de impacto de programas relacionados à segurança alimentar com base na capacidade de produção, estrutura de atores que participam destes programas, a proposição de atendimento e espaços geográficos em relação ao acesso e disponibilidade a alimentos saudáveis, realizados;</p>   | <p>Um estudo técnico contendo avaliação de impacto do PAA</p>  | <p>Um documento técnico elaborado e aprovado</p>       |
|   | <p>Estudo técnico sobre o PAA Leite</p>  | <p>Um documento técnico elaborado e aprovado</p>       |
|   | <p>Um estudo técnico contendo diagnóstico</p>  | <p>Um documento técnico elaborado e aprovado</p>       |
|   | <p>Um estudo técnico contendo pesquisa para análise sobre os espaços geográficos</p>   | <p>Um documento técnico elaborado e aprovado</p>       |
|   | <p>Um estudo técnico contendo diagnóstico</p>  | <p>Um documento técnico elaborado e aprovado</p>       |



| RESULTADO   | INDICADORES  | VERIFICAÇÃO                               |
|---|--|---|
| <b>RESULTADO 1.5:</b><br>Metodologias e estratégias para qualificação, acompanhamento, monitoramento e aprimoramento de processos e execuções relacionados à compra de produtos da agricultura familiar no âmbito de programas governamentais que visam à segurança alimentar e junto às organizações militares propostas, validadas e implementadas; | Um estudo técnico contendo análise dos processos   | Um documento técnico elaborado e aprovado |
|   | Um estudo técnico contendo análise dos processos   | Um documento técnico elaborado e aprovado |
|   | Um estudo técnico contendo avaliação do Programa   | Um documento técnico elaborado e aprovado |
|   | Um estudo técnico contendo subsídios para aquisição de alimentos processados via PAA                                       | Um documento técnico elaborado e aprovado |
|   | Um estudo técnico sobre a participação das Unidades Receptoras no PAA  | Um documento técnico elaborado e aprovado |
| <b>RESULTADO 1.6:</b><br>Modelo de termo de adesão junto a cooperativas e associações que participam do Programa de Aquisição de Alimentos, em suas diferentes modalidades, desenvolvido e validado   | Um estudo técnico contendo a proposição de modelo de termo de adesão para cooperativas e associações que participam do PAA | Um documento técnico aprovado e validado  |

| RESULTADO  | INDICADORES  | VERIFICAÇÃO   |
|--|--|---|
| <p><b>OBJETIVO IMEDIATO 2:</b> Desenvolver capacidades para absorver informações, conhecimentos e tecnologias inovadoras no que tange as políticas públicas relacionadas ao abastecimento e acesso à alimentação adequada e saudável, à água e inclusão produtiva rural no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.</p> |  |   |
| <p><b>RESULTADO 2.1:</b><br/>Estratégias e metodologias de formação, qualificação e aprimoramento de capacidades para instituições que desenvolvam atividades relacionadas à promoção da alimentação saudável, redução e prevenção de perdas e desperdícios de alimentos, elaboradas e validadas;</p>  | Dois estudos técnicos contendo proposição de metodologias para capacitação nos temas relacionados    | Dois documentos técnicos aprovados e validados  |
|  | Dois estudos técnicos contendo critérios para seleção das localidades                                | Dois documentos técnicos elaborados e aprovados   |
|  | Um estudo técnico contendo a definição dos conteúdos e temas   | Um documento técnico elaborado e aprovado   |
|  | Quatro estudos técnicos contendo ações inovadoras, métodos de sucesso e modelos de gestão para o PAA | Quatro documentos técnicos elaborados e aprovados   |
|  | Estudo técnico contendo proposição de metodologias e conteúdos para cursos à distância               | Um estudo técnico elaborado e aprovado ;<br>Três cursos à distância sobre o tema aprovados e conduzidos |
|  | Cinco estudos técnicos contendo a sistematização de patrimônios por bioma                            | Cinco estudos técnicos elaborados e aprovados   |
|  |  |   |

| RESULTADO   | INDICADORES   | VERIFICAÇÃO   |
|---|---|---|
| <p><b>RESULTADO 2.2:</b><br/>Experiências bem-sucedidas relacionadas à melhoria do acesso e disponibilidade de alimentos saudáveis e inclusão produtiva rural, entre outros, sistematizadas, internalizadas e disseminadas.</p>   | <p>Quatro capacitações sobre os temas relacionados para órgãos públicos, federais e sociedade civil</p>                   | <p>Quatro relatórios técnicos de capacitações realizados, contendo fotos e lista de presença, com pelo menos 80% dos técnicos capacitados, elaborados e aprovados</p> |
| <p><b>RESULTADO 2.3:</b><br/>Propostas metodológica e de conteúdo para capacitação de técnicos e entidades executoras de programas de inclusão produtiva rural, entre outros, incluindo, quando necessário, componente EAD, e atendendo às especificidades de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, elaboradas e validadas:</p> | <p>Um estudo técnico contendo proposição de metodologia e conteúdo para capacitação nos temas propostos</p>               | <p>Um documento técnico elaborado e aprovado</p>  |
| <p><b>RESULTADO 2.4:</b><br/>Fornecedores e equipes técnicas de programas governamentais que visam à segurança alimentar capacitados em tecnologias de produção e nas diferentes modalidades de execução destes programas.</p>  | <p>Oito capacitações para atores (fornecedores e equipes técnicas de programas governamentais) nos temas relacionados</p> | <p>Oito relatórios técnicos das capacitações realizadas, contendo fotos e listas de presença, com pelo menos 80% dos técnicos capacitados, elaborados e aprovados</p> |
| <p><b>RESULTADO 2.5:</b><br/>Estratégias e metodologias de formação, capacitação e treinamento de técnicos, produtores rurais e povos e comunidades tradicionais para atuarem como multiplicadores, elaboradas e validadas, em temas relacionados à alimentação saudável, perdas e desperdício de alimentos e inclusão produtiva rural.</p>   | <p>Quatro Intercâmbios de experiências nas temáticas relacionadas</p>   | <p>Quatro relatórios técnicos dos intercâmbios de experiências realizados, contendo fotos e listas de presença, elaborados e aprovados</p>                            |
|   | <p>Um documento técnico contendo metodologia para capacitação na temática proposta</p>                                    | <p>Um documento técnico elaborado e aprovado</p>  |



| RESULTADO   | INDICADORES   | VERIFICAÇÃO                                       |
|---|---|---|
| <p><b>OBJETIVO IMEDIATO 3:</b> Consolidar a estratégia de atuação da SESAN no aprimoramento de suas diretrizes, definição de critérios, internalização de informações e conhecimentos, e de tecnologias inovadoras necessárias à melhoria das políticas públicas relacionadas ao abastecimento e acesso à alimentação adequada e saudável, à água e inclusão produtiva rural no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.</p> |   |   |
| <p><b>RESULTADO 3.1:</b><br/>Conteúdos técnicos e educativos, com linguagem acessível, sobre alimentação saudável, perdas, desperdício de alimentos e inclusão produtiva rural, incluindo, quando couber, a modalidade à distância (EAD), em ambiente virtual de aprendizagem (AVA), padronizados e validados, considerando as especificidades de cada público a ser atingido;</p>  | Dois estudos técnicos contendo proposta de conteúdo nos temas relacionados  | Dois relatórios técnicos elaborados e aprovados   |
|   | Três produções editoriais nos temas relacionados  | Três documentos técnicos elaborados e aprovados   |
|   | Quatro produções editoriais nos temas relacionados  | Quatro documentos técnicos elaborados e aprovados |
|   | Uma produção editorial nos temas relacionados   | Um documento técnico elaborado e aprovado         |
| <p><b>RESULTADO 3.2:</b><br/>Estratégias de aprimoramento e promoção de ações de inclusão produtiva rural, comércio de produtos da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais, alimentação saudável, contendo análise e sugestões de aprimoramento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outros, identificadas, organizadas e propostas.</p>  | Dois estudos técnicos contendo proposições para os temas relacionados   | Dois documentos técnicos elaborados e aprovados   |
|   | Um documento técnico contendo estratégia de aprimoramento para o tema relacionado   | Um documento técnico elaborado e aprovado         |
|   | Um estudo técnico contendo avaliações relacionadas  | Um estudo técnico elaborado e aprovado            |
|   | Três documentos técnicos contendo avaliação dos processos relacionados  | Três relatórios técnicos elaborados e aprovados   |
|   | Três documentos técnicos contendo proposição de estratégias nos temas relacionados  | Três relatórios técnicos elaborados e aprovados   |
|   | 4 documentos técnicos contendo avaliação e proposição de aperfeiçoamento das ações de inclusão produtiva rural  | Quatro documentos técnicos elaborados e aprovados |
|   | 4 documentos técnicos relacionados às estratégias de segurança e soberania alimentar de povos indígenas da América Latina, contendo análise e propostas de aprimoramento de políticas públicas de SAN | 4 documentos técnicos elaborados e aprovados      |

| RESULTADO  | INDICADORES  | VERIFICAÇÃO                                     |
|--|--|---|
| <b>RESULTADO 3.3:</b><br>Tecnologias de ações de inclusão produtiva rural e de acesso à água no âmbito dos programas da SESAN/MDSA, sistematizadas e padronizadas. | Dois estudos técnicos contendo levantamento e avaliação no tema proposto   | Dois documentos técnicos elaborados e aprovados |
|  | Dois estudos técnicos contendo levantamento e avaliação no tema proposto   | Dois documentos técnicos elaborados e aprovados |
|  | Dois estudos técnicos contendo estratégias relacionadas aos temas indicados<br>Novas tecnologias padronizadas e incorporadas | Dois documentos técnicos elaborados e aprovados |
| <b>RESULTADO 3.4:</b><br>Sistemas de informação governamentais referentes à segurança alimentar e nutricional aprimorados e atualizados.                           | Um estudo técnico contendo critérios relacionados ao tema proposto   | Um documento técnico elaborado e aprovado       |

## 8. ESTRUTURA PROGRAMÁTICA

A seguir, encontram-se discriminadas as atividades previstas para os 48 meses de execução do Projeto de Cooperação Técnica, as quais culminarão nos diferentes indicadores apresentados pela Matriz Lógica.

| RESULTADO  | ATIVIDADES  |
|--|---|
| <p><b>Resultado 1.1</b> – Estratégias para acesso, disponibilidade, perdas e desperdícios de alimentos ao longo de toda a cadeia produtiva, no contexto da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outros, desenvolvidas e implementadas;</p> | <p>A) Avaliar a efetividade operacional e logística da Ação de Distribuição de Alimentos – ADA e propor estratégias de execução conforme recomendações dos órgãos de controle</p> <p>B) Elaborar estudo técnico para aprimoramento e proposição de guias interativos, estruturação e configuração no Ambiente de Aprendizagem Virtual (AVA) dos materiais didáticos dos cursos voltados aos programas da SESAN</p> <p>C) Realizar diagnósticos sobre perdas e desperdícios de alimentos ao longo da cadeia produtiva;</p> <p>D) Avaliar o acesso e disponibilidade de alimentos saudáveis em municípios, no contexto da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.</p> <p>E) Elaborar estudos técnicos para a qualificação e o aprimoramento da gestão de equipamentos públicos relacionados à segurança alimentar e nutricional.</p> <p>F) Elaborar estudos para analisar e propor aprimoramento de políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional.</p> |
| <p><b>Resultado 1.2</b> – Ações de inclusão produtiva rural e de segurança alimentar e nutricional, levando em consideração as especificidades de população, tais como povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, aperfeiçoadas;</p>  | <p>A) Realizar estudos para a sistematização das demandas dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais bem como proposta de aperfeiçoamento de políticas de segurança alimentar e nutricional levando em consideração as demandas sistematizadas.</p>  |



| RESULTADO  | ATIVIDADES   |
|--|--|
| <p><b>Resultado 1.3 – Estratégias para execução dos programas relacionados à segurança alimentar e acesso à água, incluindo metodologia específica para a avaliação de desempenho das entidades executoras do Programa Cisternas, e qualificação do processo de seleção das famílias beneficiárias das ações de inclusão produtiva rural, entre outros, validadas;</b></p> | <p>A) Realizar estudos técnicos para aprimorar as estratégias de execução dos programas relacionados à segurança alimentar e nutricional</p> <p>B) Realizar estudo para elaboração de metodologias para avaliação do desempenho e estrutura das entidades, com vistas ao aperfeiçoamento do processo de credenciamento das entidades executoras do programa Cisternas.</p> <p>C) Realizar estudos para a qualificação do processo de seleção das famílias beneficiárias das ações de inclusão produtiva rural por meio da identificação e definição de critérios para o mapeamento da demanda por ações de inclusão produtiva rural e de acesso à água para a produção de alimentos.</p> |
| <p><b>Resultado 1.4 – Diagnósticos de impacto de programas relacionados à segurança alimentar com base na capacidade de produção, estrutura de atores que participam destes programas, a proposição de atendimento e espaços geográficos em relação ao acesso e disponibilidade a alimentos saudáveis, realizados;</b></p>   | <p>A) Realizar estudo para determinar o impacto do PAA em suas diversas modalidades</p> <p>B) Realizar estudos de diagnóstico da capacidade de produção e organização dos fornecedores do PAA Leite e proposta de inserção em outros mercados institucionais</p> <p>C) Realizar estudo de diagnóstico da capacidade de produção e estrutura de laticínios que participam do PAA Leite</p> <p>D) Realizar estudo para análise sobre os espaços geográficos quanto ao acesso e disponibilidade de alimentos saudáveis</p> <p>E) Realizar diagnósticos de políticas públicas relacionadas ao acesso e disponibilidade de alimentos, como feiras e mercados públicos, entre outros.</p>      |

| RESULTADO  | ATIVIDADES  |
|--|---|
| <p><b>Resultado 1.5 – Metodologias e estratégias para qualificação, acompanhamento, monitoramento e aprimoramento de processos e execuções relacionados à compra de produtos da agricultura familiar no âmbito de programas governamentais que visam à segurança alimentar e junto às organizações militares propostas, validadas e implementadas;</b></p> | <p>A) Realizar estudo de análise dos processos e execuções relacionados à compra de produtos da agricultura familiar no âmbito de programas governamentais, inclusive junto às organizações militares</p> <p>B) Elaborar metodologia de análise dos processos de compras de produtos da agricultura familiar na modalidade Compra Institucional do PAA;</p> <p>C) Elaborar metodologia para avaliação da execução do PAA a fim de definir indicadores de avaliação do programa que levem ao aprimoramento da sua execução</p> <p>D) Realizar estudo para propor subsídios para regulamentação da aquisição de produtos beneficiados, processados e industrializados no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos</p> <p>E) Analisar a participação das Unidades Receptoras no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, do ponto de vista do atendimento aos beneficiários consumidores e da promoção do acesso à alimentação adequada e saudável.</p> |
| <p><b>Resultado 1.6 – Modelo de termo de adesão junto a cooperativas e associações que participam do Programa de Aquisição de Alimentos, em suas diferentes modalidades, desenvolvido e validado;</b></p>  | <p>A) Realizar estudo para proposição de modelo de termo de adesão junto a cooperativas e associações que participam do PAA</p>   |

| RESULTADO  | ATIVIDADES   |
|--|--|
| <p><b>Resultado 2.1 – Estratégias e metodologias de formação, qualificação e aprimoramento de capacidades para instituições que desenvolvam atividades relacionadas à promoção da alimentação saudável, redução e prevenção de perdas e desperdícios de alimentos, elaboradas e validadas;</b></p> | <p>A) Realizar estudo para a construção de arcabouço técnico e metodológico para capacitação nos temas relacionados.</p> <p>B) Realizar estudo para elaboração de proposta e/ou aperfeiçoamento metodológico para a adoção de critérios técnicos para a seleção de localidades a serem atendidas por programas de segurança alimentar.</p> <p>C) Realizar estudo para a identificação e definição de conteúdos/temas necessários ao fortalecimento das instituições que desenvolvam atividades relacionadas ao sistema de segurança alimentar e nutricional, à promoção da alimentação saudável, redução e prevenção de perdas e desperdícios de alimentos.</p> <p>D) Capacitar a equipe técnica das Unidades Executoras do PAA em estados e municípios que operam o Programa, reconhecendo ações inovadoras, métodos de sucesso e modelos de gestão que contribuíam com o eficiente modelo de fluxo operacional do PAA para integrar ações do Programa</p> <p>E) Elaborar metodologias para desenvolvimento de capacidades técnicas para profissionais em educação alimentar e nutricional</p> <p>F) Elaborar estudo técnico para a sistematização de patrimônios alimentares culturais</p> |
| <p><b>Resultado 2.2 – Experiências bem-sucedidas relacionadas à melhoria do acesso e disponibilidade de alimentos saudáveis e inclusão produtiva rural, entre outros, sistematizadas, internalizadas e disseminadas;</b></p>   | <p>A) Capacitar partes interessadas (órgãos públicos, federais e sociedade civil) envolvidas na melhoria do acesso e disponibilidade de alimentos saudáveis, perdas e desperdícios de alimentos e inclusão produtiva rural, visando sua mobilização e articulação efetiva.</p>   |

| RESULTADO   | ATIVIDADES  |
|---|---|
| <p><b>Resultado 2.3</b> –Propostas metodológica e de conteúdo para capacitação de técnicos e entidades executoras de programas de inclusão produtiva rural, entre outros, incluindo, quando necessário, componente EAD, e atendendo às especificidades de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, elaboradas e validadas;</p> | <p>A) Elaborar estudos técnicos para proposição de metodologia e conteúdo para capacitação de técnicos e entidades executoras dos programas de inclusão produtiva rural.</p>  |
| <p><b>Resultado 2.4</b> –Fornecedores e equipes técnicas de programas governamentais que visam à segurança alimentar capacitados em tecnologias de produção e nas diferentes modalidades de execução destes programas;</p>  | <p>A) Capacitar os atores envolvidos (fornecedores e equipes técnicas de programas governamentais que visam à segurança alimentar), quanto às tecnologias de produção e as diferentes modalidades de execução dos programas relacionados a segurança alimentar, em especial, o PAA.</p>   |
| <p><b>Resultado 2.5.</b> –Estratégias e metodologias de formação, capacitação e treinamento de técnicos, produtores rurais e povos e comunidades tradicionais para atuarem como multiplicadores, elaboradas e validadas, em temas relacionados à alimentação saudável, perdas e desperdício de alimentos e inclusão produtiva rural.</p>  | <p>A) Promover intercâmbios de experiências para atores sociais nos temas relacionados por meio de visitas técnicas e rotas de aprendizagem</p> <p>B) Realizar estudos para propor metodologia e conteúdo de capacitação para povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, com foco em acesso a mercados e considerando as cadeias de produtos da sociobiodiversidade</p> |

| RESULTADO   | ATIVIDADES   |
|---|--|
| <p><b>Resultado 3.1 –</b> Conteúdos técnicos e educativos, com linguagem acessível, sobre alimentação saudável, perdas, desperdício de alimentos e inclusão produtiva rural, incluindo, quando couber, a modalidade à distância (EAD), em ambiente virtual de aprendizagem (AVA), padronizados e validados, considerando as especificidades de cada público a ser atingido;</p> | <p>A) Realizar estudo de proposição de conteúdo técnico e educativo, com linguagem acessível, sobre alimentação saudável, perdas, desperdício de alimentos e inclusão produtiva rural, incluindo, quando couber, a modalidade à distância (EAD), em ambiente virtual de aprendizagem (AVA).</p> <p>B) Realizar a disseminação de conhecimentos técnicos por meio de produções editoriais com foco em alimentação saudável, perdas, desperdício de alimentos e inclusão produtiva rural.</p> <p>C) Realizar a difusão, por meio de material didático, de conhecimentos técnicos sobre o Programa Sistemas e o Programa Fomento Rural voltado para gestores locais, estaduais, entre outros.</p> <p>D) Promover a difusão, por meio de material didático, de conhecimentos técnicos dos programas de inclusão produtiva rural</p> <p>E) Promover a sensibilização e difusão, por meio de material didático, de conhecimentos técnicos sobre as ações de segurança alimentar voltadas para os povos e comunidades tradicionais, com foco em gestores e conselheiros CONSEA estaduais, municipais e distritais</p> |



| RESULTADO   | ATIVIDADES  |
|---|---|
| <p><b>Resultado 3.2</b> - Estratégias de aprimoramento e promoção de ações de inclusão produtiva rural, comércio de produtos da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais, alimentação saudável, contendo análise e sugestões de aprimoramento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outros, identificadas, organizadas e propostas.</p> | <p>A) Elaborar propostas de promoção da alimentação saudável e redução de desperdícios e perdas de alimentos</p>  |
|   | <p>B) Elaborar proposta de estratégia para desenvolvimento e aprimoramento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.</p>  |
|   | <p>C) Realizar estudo de avaliação do potencial de indicação geográfica (IG) de produtos de povos indígenas, comunidades quilombolas e extrativistas</p>  |
|   | <p>D) Avaliar o processo metodológico de implementação das tecnologias sociais de acesso à água e da efetividade dos projetos produtivos implementados no âmbito do Programa Fomento Rural</p>  |
|   | <p>E) Propor estratégias metodológicas inovadoras frente às especificidades de povos e comunidades tradicionais no que tange o acesso à água e o Programa Fomento Rural</p>   |
|   | <p>F) Realizar estudo de base para o redesenho e aperfeiçoamento das ações de inclusão produtiva rural</p>  |
|   | <p>G) Realizar produção editorial, destinada à disseminação de conhecimentos técnicos, contendo estratégias de segurança e soberania alimentar de povos indígenas da América Latina, incluindo análise e propostas de aprimoramento de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil para este público, por meio da apropriação do conhecimento trazido das experiências e informações relatadas.</p> |



| RESULTADO   | ATIVIDADES   |
|---|--|
| <p><b>Resultado 3.3 –</b> Tecnologias de inclusão produtiva rural e de acesso à água no âmbito dos programas da SESAN/MDS, sistematizadas e padronizadas;</p> | <p>A) Elaborar estudos técnicos voltados para análise e aprimoramento dos programas de inclusão produtiva rural.<br/>                     B) Elaborar estudos técnicos voltados para o levantamento e avaliação de tecnologias de acesso à água.<br/>                     C) Realizar estudos para identificação, sistematização e padronização de novas tecnologias sociais de acesso à água adaptadas a diferentes contextos socioclimáticos como estratégias de ampliação do público atendido pelo Programa Cisternas</p> |
| <p><b>Resultado 3.4 –</b> Sistemas de informação governamentais referentes à segurança alimentar e nutricional aprimorados e atualizados.</p>                 | <p>A) Realizar estudo técnico contendo critérios para aprimoramento e atualização dos sistemas de informação governamentais referentes à segurança alimentar e nutricional.</p>  |

## 9. INSUMOS

Apresentamos os recursos humanos e demais insumos necessários para a execução do Projeto, de acordo com as linhas orçamentárias do IlCA, denominadas *Objetos de Gasto Maior – OGM*. A Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS) tem conhecimento da legislação brasileira pertinente às despesas elegíveis aos projetos de cooperação técnica. A seguir, são apresentados os insumos relacionados à cada objetivo imediato do Projeto para os 48 meses de sua execução:

**OBJETIVO IMEDIATO 1:** Prover informações, conhecimentos e subsídios técnicos que aprimorem a capacidade da SESAN/MDS no desenvolvimento, fortalecimento e gestão integrada de políticas, programas e projetos relacionados ao abastecimento e acesso à alimentação adequada e saudável, à água e inclusão produtiva rural no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

**Objetos de Gasto Maior 8 – Contratos por resultados e serviços (Total: R\$ 5.000.000,00)**

- Contratação de uma consultoria especializada (pessoa física) em monitoramento e avaliação de programas governamentais que visam à segurança alimentar e nutricional para elaboração de estudo técnico, conforme **atividade 1.1.A – R\$ 100.000,00**
- Contratação de uma consultoria especializada (pessoa física) em análise para aprimoramento e proposição de guias interativos, estruturação e configuração no ambiente de aprendizagem virtual (AVA) para elaboração de estudo técnico, conforme **atividade 1.1.B – R\$ 100.000,00**
- Contratação de Pessoa Jurídica especializada em análise de perdas e desperdícios de alimentos para elaboração de estudos técnicos, conforme **atividade 1.1.C – R\$ 500.000,00**
- Contratação de duas consultorias especializadas (pessoa física) em análise de acesso e disponibilidade de alimentos saudáveis para elaboração de estudo técnico, conforme **atividade 1.1.D – R\$ 200.000,00**
- Contratação de uma consultoria especializada (pessoa física) em gestão de redes de alimentos para elaboração de estudo técnico, conforme **atividade 1.1.E – R\$ 100.000,00**
- Contratação de duas consultorias especializadas (pessoa física) em análise e aprimoramento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para elaboração de dois estudos técnicos, conforme **atividade 1.1.F – R\$ 200.000,00**
- Contratação de uma consultoria especializada (pessoa física) em sistematização de demandas de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais bem como em proposta de aperfeiçoamento de políticas de segurança alimentar e nutricional para elaboração de estudos técnicos, conforme **atividade 1.2.A – R\$ 100.000,00**
- Contratação de Pessoa Jurídica especializada em metodologias para aperfeiçoamento da estratégia de execução dos programas relacionados à segurança alimentar e nutricional para elaboração de três estudos técnicos, conforme **atividade 1.3.A – R\$ 400.000,00**
- Contratação de duas consultorias especializadas (pessoa física) em avaliação de desempenho e de estrutura para entidades executoras do Programa Cisternas para elaboração de estudos técnicos, conforme **atividade 1.3.B – R\$ 200.000,00**
- Contratação de duas consultorias especializadas (pessoa física) em qualificação do processo de seleção de famílias beneficiárias de programas de inclusão produtiva rural para elaboração de estudos técnicos, conforme **atividade 1.3.C – R\$ 200.000,00**
- Contratação de Pessoa Jurídica especializada em determinação do impacto do Programa de Aquisição de Alimentos em suas diferentes modalidades para elaboração de estudo técnico, conforme **atividade 1.4.A – R\$ 1.200.000,00**
- Contratação de uma consultoria especializada (pessoa física) em diagnóstico de capacidade produtiva e organização dos fornecedores do PAA Leite para elaboração de estudo técnico, conforme **atividade 1.4.B – R\$ 100.000,00**

- Contratação de uma consultoria especializada (pessoa física) em diagnóstico da capacidade de produção e estrutura de laticínios que participam do PAA Leite para elaboração de estudo técnico, conforme **atividade 1.4.C – R\$ 100.000,00**
- Contratação de Pessoa Jurídica especializada em análise de espaços geográficos quanto ao acesso e disponibilidade de alimentos saudáveis para elaboração de estudo técnico, conforme **atividade 1.4.D – R\$ 300.000,00**
- Contratação de uma consultoria especializada (pessoa física) em diagnósticos de políticas públicas relacionadas ao acesso e disponibilidade de alimentos, como feiras e mercados públicos, entre outros, para elaboração de estudo técnico, conforme **atividade 1.4.E – R\$ 100.000,00**
- Contratação de uma consultoria especializada (pessoa física) em processos e execuções relacionados a compra de produtos da agricultura familiar para elaboração de estudo técnico, conforme **atividade 1.5.A – R\$ 100.000,00**
- Contratação de uma consultoria especializada (pessoa física) em processos e execuções relacionados a compra de produtos da agricultura familiar na modalidade *Compra Institucional* do PAA para elaboração de estudo técnico, conforme **atividade 1.5.B – R\$ 100.000,00**
- Contratação de Pessoa Jurídica especializada em avaliação da execução do PAA para definição de indicadores de avaliação do programa contidos em estudo técnico, conforme **atividade 1.5.C – R\$ 400.000,00**
- Contratação de uma consultoria especializada (pessoa física) para proposição de subsídios para regulamentação da aquisição de produtos no âmbito do PAA para elaboração de estudo técnico, conforme **atividade 1.5.D – R\$ 100.000,00**
- Contratação de uma consultoria especializada (pessoa física) para análise da participação de unidades receptoras do PAA para elaboração de estudo técnico, conforme **atividade 1.5.E – R\$ 100.000,00**
- Contratação de consultoria Pessoa Jurídica especializada em análises e proposições de Termos de adesão para cooperativas e associações do PAA, para elaboração de estudo técnico, conforme **atividade 1.6. A – R\$ 300.000,00**

#### **OBJETIVO IMEDIATO 2:**

Desenvolver capacidades para absorver informações, conhecimentos e tecnologias inovadoras no que tange as políticas públicas relacionadas ao abastecimento e acesso à alimentação adequada e saudável, à água e inclusão produtiva rural no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

**Objeto de Gasto Maior 3 – Capacitação, bolsas de estudos, estágios e eventos (Total: R\$ 400.000,00)**

- 130 bilhetes de ida e volta (média do bilhete R\$ 1.500,00) para consultores e/ou colaboradores para participação em cada Seminário (4 no total), conforme **atividade 2.2.A - R\$ 200.000,00**
- 650 diárias (R\$ 300,00 em média) para consultores e/ou colaboradores para participação em cada Seminário (4 no total), conforme **atividade 2.2.A – R\$ 200.000,00**

**Objeto de Gasto Maior 8 – Contratos por resultados e serviços (Total: R\$ 3.250.000,00)**

- Contratação de duas consultorias especializadas (pessoa física) em proposição de metodologias para capacitação em segurança alimentar e nutricional para elaboração de dois estudos técnicos, conforme **atividade 2.1.A – R\$ 200.000,00**
- Contratação de duas consultorias especializadas (pessoa física) em elaboração de aperfeiçoamento metodológico de critérios técnicos para seleção de localidades a serem atendidas por programas de segurança alimentar para elaboração de dois estudos técnicos, conforme **atividade 2.1.B – R\$ 200.000,00**
- Contratação de três consultorias especializadas (pessoa física) em definição de conteúdos e temas voltados à segurança alimentar e nutricional para instituições que desenvolvam atividades relacionadas ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, a promoção da alimentação saudável, redução e prevenção de perdas e desperdícios de alimentos para elaboração de estudo técnico, conforme **atividade 2.1.C – R\$ 300.000,00**
- Contratação de quatro consultorias especializadas (pessoa física) em identificação de ações inovadoras, métodos de sucesso e modelos de gestão para o PAA para capacitação de equipe técnica das unidades executoras do PAA em estados e municípios, conforme **atividade 2.1.D – R\$ 400.000,00**
- Contratação de Pessoa Jurídica especializada em desenvolvimento de capacidades técnicas para profissionais em educação alimentar e nutricional para desenvolvimento de estudo técnico, conforme **atividade 2.1.E – R\$ 600.000,00**
- Contratação de cinco consultorias especializadas (pessoa física) em sistematização de patrimônios alimentares culturais, conforme **atividade 2.1.F – R\$ 500.000,00**
- Contratação de uma consultoria especializada (pessoa física) em proposição de metodologia e conteúdo para capacitação de técnicos e entidades executoras dos programas de inclusão produtiva rural para elaboração de estudo técnico, conforme **atividade 2.3.A – R\$ 100.000,00**
- Contratação de Pessoa Jurídica especializada em proposição metodológica e capacitação de fornecedores e equipes técnicas, além de outros atores, conforme **atividade 2.4.A – R\$ 500.000,00**
- Contratação de Pessoa Jurídica especializada em visitas técnicas e rotas de aprendizagem para produtores rurais, técnicos e povos e comunidades tradicionais para atuarem como multiplicadores, conforme **atividade 2.5.A – 400.000,00**
- Contratação de uma consultoria especializada (pessoa física) em proposição de metodologia para capacitação de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais com foco em acesso a mercados para elaboração de estudo técnico, conforme **atividade 2.5.B – R\$ 50.000,00**



### OBJETIVO IMEDIATO 3:

Consolidar a estratégia de atuação da SESAN no aprimoramento de suas diretrizes, definição de critérios, internalização de informações e conhecimentos, e de tecnologias inovadoras necessárias à melhoria das políticas públicas relacionadas ao abastecimento e acesso à alimentação adequada e saudável, à água e inclusão produtiva rural no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

#### **Objeto de Gasto Maior 8 – Contratos por resultados e serviços (Total: R\$ 4.920.000,00)**

- Contratação de duas consultorias especializadas (pessoa física) na elaboração de conteúdo técnico e educativo sobre alimentação saudável, perdas, desperdícios de alimentos e inclusão produtiva rural, para elaboração de dois estudos técnicos, conforme **atividade 3.1.A – R\$ 200.000,00**
- Contratação de Pessoa Jurídica especializada em difusão de informações sobre alimentação saudável, perdas, desperdício de alimentos e inclusão produtiva rural, para elaboração de três produções editoriais, conforme **atividade 3.1. B – R\$ 200.000,00**
- Contratação de Pessoa Jurídica especializada para disseminação de conhecimentos técnicos e ações do Programa Cisternas e do Programa Fomento Rural voltado para gestores locais, estaduais, entre outros, para elaboração de duas produções editoriais, conforme **atividade 3.1.C – R\$ 40.000,00**
- Contratação de Pessoa Jurídica especializada para disseminação de conhecimentos técnicos de programas de inclusão produtiva rural, para elaboração de duas produções editoriais, conforme **atividade 3.1.D – R\$ 200.000,00**
- Contratação de Pessoa Jurídica consultoria especializada em difusão de informações sobre ações de segurança alimentar com foco em gestores e conselheiros do CONSEA para elaboração de uma produção editorial, conforme **atividade 3.1.E – R\$ 30.000,00**
- Contratação de Pessoa Jurídica especializada em promoção da alimentação saudável e redução de desperdícios e perdas de alimentos para elaboração de estudos técnicos propositivos, conforme **atividade 3.2.A – R\$ 200.000,00**
- Contratação de uma consultoria especializada (pessoa física) em proposição de estratégias para aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para elaboração de estudo técnico, conforme **atividade 3.2.B – R\$ 200.000,00**
- Contratação de uma consultoria especializada (pessoa física) em avaliação do potencial de indicação geográfica (IG) de produtos de povos indígenas, comunidades quilombolas e extrativistas para elaboração de um estudo técnico, conforme **atividades 3.2.C – R\$ 150.000,00**
- Contratação de três consultorias especializadas (pessoa física) em avaliação do processo metodológico de implementação das tecnologias sociais de acesso à água e da efetividade dos projetos produtivos implementados no âmbito do Programa Fomento

Rural para elaboração de um estudo técnico, conforme **atividades 3.2.D – R\$ 300.000,00**

- Contratação de três consultorias especializadas (pessoa física) em metodologias inovadoras frente às especificidades dos povos e comunidades tradicionais relacionadas ao acesso à água e fomento rural, para elaboração de um estudo técnico, conforme **atividades 3.2.E – R\$ 300.000,00**
- Contratação de quatro consultorias especializadas (pessoa física) em redesenho e aperfeiçoamento de ações de inclusão produtiva rural para elaboração de um estudo técnico, conforme **atividades 3.2.F – R\$ 400.000,00**
- Contratação de uma consultoria especializada (pessoa física) em estratégias de segurança e soberania alimentar de povos indígenas da América Latina, conforme **atividade 3.2.G – R\$ 100.000,00**
- Contratação de duas consultorias especializadas (pessoa física) em avaliação de tecnologias de ação produtiva rural para elaboração de dois estudos técnicos, conforme **atividade 3.3.A – R\$ 200.000,00**
- Contratação de duas consultorias especializadas (pessoa física) em avaliação de tecnologias de acesso à água para elaboração de dois estudos técnicos, conforme **atividade 3.3.B – R\$ 200.000,00**
- Contratação de duas consultorias especializadas (pessoa física) em identificação, sistematização e padronização de novas tecnologias sociais de acesso à água adaptadas a diferentes contextos socioclimáticos para elaboração de dois estudos técnicos, conforme **atividades 3.3.C – R\$ 200.000,00**
- Contratação de Pessoa Jurídica especializada em aprimoramento e atualização de sistemas de informação governamentais ligados à segurança alimentar e nutricional, para análise e proposição de critérios técnicos, conforme **atividade 3.4.A – R\$ 2.000.000,00**

## **10. ORÇAMENTO**

O Projeto contará com servidores de carreira do MDS, bem como com servidores temporários e em cargos de comissão, para o desempenho de suas atividades institucionais. Para a execução do Projeto, o Ministério do Desenvolvimento Social se compromete a transferir para o IICA, durante o período de vigência de 48 meses, os recursos financeiros necessários para o provimento dos serviços que o IICA proporcionará de acordo com o Valor Total do Projeto por Fontes: 08.244.2012.20GD.0001: Inclusão Produtiva – fomento: R\$ 3.000.000,00; 08.306.2069.2151.0001: Consolidação Da Implantação Do Sistema Nacional De Segurança Alimentar E Nutricional –SISAN: R\$ 3.029.550,00; 08.306.2069.2798.0001: Aquisição E Distribuição De Alimentos Da Agricultura Familiar Para Promoção Da Segurança Alimentar E Nutricional – PAA R\$: 8.218.950,00, e demonstrados detalhadamente no orçamento do Projeto.

Os valores de contribuição do Ministério do Desenvolvimento Social poderão ser completados dependendo das necessidades do Projeto e das disponibilidades orçamentárias desse Ministério, refletidas em revisão orçamentária do Projeto. Apresentamos a seguir o orçamento do projeto para o período de 48 meses de execução.



Projeto de Cooperação Técnica para a segurança alimentar e nutricional: a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis e o combate à pobreza rural - SESAN/MDS-ABC-ICA

| ITEM            | COMPONENTE   | VALORES EM R\$ |                  |                  |                  |                  |                   |
|-----------------|--|----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|
|                 |  | 2017           | 2018             | 2019             | 2020             | 2021             | TOTAL             |
| 1               | PESSOAL PROFISSIONAL INTERNACIONAL                                     | R\$ -          | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -             |
| 2               | PESSOAL NACIONAL   | R\$ -          | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -             |
| 3               | CAPACITAÇÃO BOLSAS DE ESTUDO, ESTÁGIOS E EVENTOS                       | R\$ -          | R\$ 165.000,00   | R\$ 160.000,00   | R\$ 75.000,00    | R\$ -            | R\$ 400.000,00    |
| 3.1             | CAPACITAÇÃO BOLSAS DE ESTUDO, ESTÁGIOS E EVENTOS (INTERNACIONALIZAÇÃO) | R\$ -          | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -             |
| 4               | VIAGENS  | R\$ -          | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -             |
| 5               | DOCUMENTOS, MATERIAL E INSUMOS   | R\$ -          | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -             |
| 6               | AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS, LIVROS, EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS E MÓVEIS          | R\$ -          | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -             |
| 7               | SERVIÇOS GERAIS  | R\$ -          | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -             |
| 8               | CONTRATOS POR RESULTADOS E SERVIÇOS                                    | R\$ 670.000,00 | R\$ 5.931.523,00 | R\$ 3.951.619,00 | R\$ 1.177.820,00 | R\$ 1.439.038,00 | R\$ 13.170.000,00 |
| 8.1             | CONTRATOS POR RESULTADOS E SERVIÇOS (INTERNACIONALIZAÇÃO)              | R\$ -          | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -             |
| 9               | OUTROS CUSTOS  | R\$ -          | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -            | R\$ -             |
| <b>SUBTOTAL</b> |  | 670.000        | 6.096.523        | 4.111.619        | 1.252.820        | 1.439.038        | 13.570.000        |
| <b>TIN (5%)</b> |  | 33.500         | 304.826          | 205.581          | 62.641           | 71.952           | 678.500           |
| <b>TOTAL</b>    |  | 703.500        | 6.401.349        | 4.317.200        | 1.315.461        | 1.510.990        | 14.248.500        |

## **11. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

| OBJETIVO   | ITEM | RESULTADOS  | ATIVIDADES   | 2017 |      |      |      | 2018 |      |      |      | 2019 |      |      |      | 2020 |      |      |      | 2021 |      |      |      |  |  |  |
|--|------|---|--|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|--|--|--|
|  |      |   |  | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM |  |  |  |
|  |      |   |  | 4    | 1    | 2    | 3    | 4    | 1    | 2    | 3    | 4    | 1    | 2    | 3    | 4    | 1    | 2    | 3    | 4    | 1    | 2    | 3    |  |  |  |
| <p>OBJETIVO IMEDIATO 1: Prover informações, conhecimentos e subsídios técnicos que aprimorem a capacidade de abastecimento e acesso à alimentação adequada e saudável, à água e inclusão produtiva rural no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.</p> <p>SESAN/MDSa no desenvolvimento, fortalecimento e gestão integrada de políticas, programas e projetos relacionados ao</p> | 1.1  | <p>Estratégias para acesso, disponibilidade, perdas e desperdícios de alimentos ao longo de toda a cadeia produtiva, no contexto da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outros, desenvolvidas e implementadas;</p> | <p>A) Avaliar a efetividade operacional e logística da Ação de Distribuição de Alimentos – ADA e propor estratégias de execução conforme recomendações dos órgãos de controle</p>  | 4    | 1    | 2    | 3    | 4    | 1    | 2    | 3    | 4    | 1    | 2    | 3    | 4    | 1    | 2    | 3    | 4    | 1    | 2    | 3    |  |  |  |
|  |      |   | <p>B) Elaborar estudo técnico para aprimoramento e proposição de guias interativos, estruturação e configuração no Ambiente de Aprendizagem Virtual (AVA) dos materiais didáticos para cursos voltados aos programas da SESAN</p>    |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |  |  |  |
|  |      |   | <p>C) Realizar diagnósticos sobre perdas e desperdícios de alimentos ao longo da cadeia produtiva;</p>   |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |  |  |  |
|  |      |   | <p>D) Avaliar o acesso e disponibilidade de alimentos saudáveis em municípios, no contexto da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.</p> |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |  |  |  |
|  |      |   | <p>E) Elaborar estudos técnicos para a qualificação e o aprimoramento da gestão de equipamentos públicos relacionados à segurança alimentar e nutricional.</p>   |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |  |  |  |
|  |      |   | <p>F) Elaborar estudos para analisar e propor aprimoramento de políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional.</p>  |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |  |  |  |
|  |      |   | <p>G) Avaliar o acesso e disponibilidade de alimentos saudáveis em municípios, no contexto da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.</p> |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |  |  |  |

| OBJETIVO  | ITEM | RESULTADOS   | ATIVIDADES   | 2017 |      |      | 2018 |      |      | 2019 |      |      | 2020 |      |      | 2021 |      |      |
|---|------|--|--|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
|   |      |  |  | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM |
| OBJETIVO MEDIANO 1: Prover informações, conhecimentos e subsídios técnicos que aprimorem a capacidade da SESAN/MDSA no desenvolvimento, fortalecimento e gestão integrada de políticas, programas e projetos relacionados ao abastecimento e acesso à alimentação adequada e saudável, à água e inclusão produtiva rural no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. | 1.2  | Ações de inclusão produtiva rural e de segurança alimentar e nutricional, levando em consideração as especificidades de população, tais como povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, aperfeiçoadas   | A) Realizar estudos para a sistematização das demandas dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais bem como proposta de aperfeiçoamento de políticas de segurança alimentar e nutricional levando em consideração as demandas sistematizadas.  |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|   | 1.3  | Estratégias para execução dos programas relacionados à segurança alimentar e acesso à água, incluindo metodologia específica para a avaliação de desempenho das entidades executoras do Programa Cisternas, e qualificação do processo de seleção das famílias beneficiárias das ações de inclusão produtiva rural, entre outros, validadas; | A) Realizar estudos técnicos para aprimorar as estratégias de execução dos programas relacionados à segurança alimentar e nutricional<br>B) Realizar estudo para elaboração de metodologias para avaliação do desempenho e estrutura das entidades, com vistas ao aperfeiçoamento do processo de credenciamento e de atuação das entidades executoras do programa Cisternas.<br>C) Realizar estudos para a qualificação do processo de seleção das famílias beneficiárias das ações de inclusão produtiva rural por meio de identificação e definição de critérios para o mapeamento da demanda por ações de inclusão produtiva rural e de acesso à água para a produção de alimentos. |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |

Projeto de Cooperação Técnica para a segurança alimentar e nutricional: a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis e o combate à pobreza rural - SESAN/MDS-ABC-IICA

| OBJETIVO   | ITEM | RESULTADOS  | ATIVIDADES   | 2017   | 2018   |        |        |        |        | 2019   |        |        |        | 2020   |        |        |        | 2021   |        |  |  |
|--|------|---|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--|--|
|  |      |   |  | TRIM 4 | TRIM 1 | TRIM 2 | TRIM 3 | TRIM 4 | TRIM 1 | TRIM 2 | TRIM 3 | TRIM 4 | TRIM 1 | TRIM 2 | TRIM 3 | TRIM 4 | TRIM 1 | TRIM 2 | TRIM 3 |  |  |
| OBJETIVO IMEDIATO 1: Prover informações, conhecimentos e subsídios técnicos que aprimorem a capacidade da SESAN/MDSA no desenvolvimento, fortalecimento e gestão integrada de políticas, programas e projetos relacionados ao abastecimento e acesso à alimentação adequada e saudável, à água e inclusão produtiva rural no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. | 1.4  | Diagnósticos de impacto de programas relacionados à segurança alimentar com base na capacidade de produção, estrutura de atores que participam destes programas, a proposição de atendimento e espaços geográficos em relação ao acesso e disponibilidade a alimentos saudáveis, realizados;                  | A) Realizar estudo para determinar o impacto do PAA em suas diversas modalidades   |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |  |  |
|  |      |   | B) Realizar estudos de diagnóstico da capacidade de produção e organização dos fornecedores do PAA Leite e proposta de inserção em outros mercados institucionais                                  |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |  |  |
|  |      |   | C) Realizar estudo de diagnóstico da capacidade de produção e estrutura de laticínios que participam do PAA Leite  |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |  |  |
|  |      |   | D) Realizar estudo para análise sobre os espaços geográficos quanto ao acesso e disponibilidade de alimentos saudáveis   |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |  |  |
|  |      |   | E) Realizar diagnósticos de políticas públicas relacionadas ao acesso e disponibilidade de alimentos, como feiras e mercados públicos, entre outros.   |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |  |  |
|  | 1.5  | Metodologias e estratégias para qualificação, acompanhamento e aprimoramento de processos e execuções relacionados à compra de produtos da agricultura familiar no âmbito de programas governamentais que visam à segurança alimentar e junto às organizações militares propostas, validadas e implementadas; | A) Realizar estudo de análise dos processos e execuções relacionados à compra de produtos da agricultura familiar no âmbito de programas governamentais, inclusive junto às organizações militares |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |  |  |
|  |      |   | B) Elaborar metodologia de análise dos processos de compras de produtos da agricultura familiar na modalidade Compra Institucional do PAA;   |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |  |  |

| OBJETIVO  | ITEM | RESULTADOS  | ATIVIDADES   | 2017      | 2018      |           |           |           | 2019      |           |           |           | 2020      |           |           |           | 2021      |           |           |
|---|------|---|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
|   |      |   |  | TRIM<br>4 | TRIM<br>1 | TRIM<br>2 | TRIM<br>3 | TRIM<br>4 | TRIM<br>1 | TRIM<br>2 | TRIM<br>3 | TRIM<br>4 | TRIM<br>1 | TRIM<br>2 | TRIM<br>3 | TRIM<br>4 | TRIM<br>1 | TRIM<br>2 | TRIM<br>3 |
| <p>OBJETIVO IMEDIATO 1: Prover informações, conhecimentos e subsídios técnicos que aprimorem a capacidade da SESAN/MDSA no desenvolvimento, fortalecimento e gestão integrada de políticas, programas e projetos relacionados ao abastecimento e acesso à alimentação adequada e saudável, à água e inclusão produtiva rural no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.</p> | 1.5  |   | C) Elaborar metodologia para avaliação da execução do PAA a fim de definir indicadores de avaliação do programa que levem ao aprimoramento da sua execução   |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
|   |      |   | D) Realizar estudo para propor subsídios para regulamentação da aquisição de produtos beneficiados, processados e industrializados no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos   |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
|   |      |   | E) Analisar a participação das Unidades Receptoras no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, do ponto de vista do atendimento aos beneficiários consumidores e da promoção do acesso à alimentação adequada e saudável. |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
|   | 1.5  | Modelo de termo de adesão junto a cooperativas e associações que participam do Programa de Aquisição de Alimentos, em suas diferentes modalidades, desenvolvido e validado; | A) Realizar estudo para proposição de modelo de termo de adesão junto a cooperativas e associações que participam do PAA   |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |

Projeto de Cooperação Técnica para a segurança alimentar e nutricional: a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis e o combate à pobreza rural - SESANMDS-ABC-JICA

| OBJETIVO | ITEM | RESULTADOS | ATIVIDADES | 2017 |      |      |      | 2018 |      |      |      | 2019 |      |      |      | 2020 |      |      |      | 2021 |      |      |      |
|----------|------|------------|------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
|          |      |            |            | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM |
|          |      |            |            | 4    | 1    | 2    | 3    | 4    | 1    | 2    | 3    | 4    | 1    | 2    | 3    | 4    | 1    | 2    | 3    | 4    | 1    | 2    | 3    |

AA  
cos

|  |            |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|------------|---|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| <p><b>OBJETIVO IMEDIATO 2:</b> Desenvolver capacidades para absorver informações, conhecimentos e tecnologias inovadoras no que tange as políticas públicas relacionadas ao abastecimento e acesso à alimentação adequada e saudável, à água e inclusão produtiva rural no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.</p> | <p>2.1</p> | <p>Estratégias e metodologias de formação, qualificação e aprimoramento de capacidades para instituições que desenvolvam atividades relacionadas à promoção da alimentação saudável, redução e prevenção de perdas e desperdícios de alimentos, elaboradas e validadas;</p> | <p>A) Realizar estudo para a construção de arcabouço técnico e metodológico para capacitação nos temas relacionados.</p>   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |            |   | <p>B) Realizar estudo para elaboração de proposta e/ou aperfeiçoamento metodológico para a adoção de critérios técnicos para a seleção de localidades a serem atendidas por programas de segurança alimentar.</p>  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |            |   | <p>C) Realizar estudo para a identificação e definição de conteúdos/temas necessários ao fortalecimento das instituições que desenvolvam atividades relacionadas ao sistema de segurança alimentar e nutricional, à promoção da alimentação saudável, redução e prevenção de perdas e desperdícios de alimentos.</p> |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |            |   | <p>D) Capacitar a equipe técnica das Unidades Executoras do PAA em estados e municípios que operam o Programa, reconhecendo ações inovadoras, métodos de sucesso e modelos de gestão que contribuam com o eficiente modelo de fluxo operacional do PAA para integrar ações do Programa</p>                           |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |            |   | <p>E) Elaborar metodologias para desenvolvimento de capacidades técnicas para profissionais em educação alimentar e nutricional</p>  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |            |   | <p>F) Elaborar estudo técnico para a sistematização de patrimônios alimentares culturais</p>   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |



| OBJETIVO   | ITEM | RESULTADOS   | ATIVIDADES  | 2017      | 2018      |           |           |           | 2019      |           |           |           | 2020      |           |           |           | 2021      |           |           |
|--|------|--|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
|  |      |  |   | TRIM<br>4 | TRIM<br>1 | TRIM<br>2 | TRIM<br>3 | TRIM<br>4 | TRIM<br>1 | TRIM<br>2 | TRIM<br>3 | TRIM<br>4 | TRIM<br>1 | TRIM<br>2 | TRIM<br>3 | TRIM<br>4 | TRIM<br>1 | TRIM<br>2 | TRIM<br>3 |
| OBJETIVO IMEDIATO 2: Desenvolver capacidades para absorver informações, conhecimentos e tecnologias inovadoras no que tange as políticas públicas relacionadas ao abastecimento e acesso à alimentação adequada e saudável, à água e inclusão produtiva rural no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. | 2.2  | Experiências bem-sucedidas relacionadas à melhoria do acesso e disponibilidade de alimentos saudáveis e inclusão produtiva rural, entre outros, sistematizadas, internalizadas e disseminadas.   | A) Capacitar partes interessadas (órgãos públicos, federais e sociedade civil) envolvidas na melhoria do acesso e disponibilidade de alimentos saudáveis, perdas e desperdícios de alimentos e inclusão produtiva rural, visando sua mobilização e articulação efetiva. |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |
|  | 2.3  | Propostas metodológica e de conteúdo para capacitação de técnicos e entidades executoras de programas de inclusão produtiva rural, entre outros, incluindo, quando necessário, componente EAD, e atendendo às especificidades de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, elaboradas e validadas; | A) Elaborar estudos técnicos para proposição de metodologia e conteúdo para capacitação de técnicos e entidades executoras dos programas de inclusão produtiva rural.   |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |

| OBJETIVO   | ITEM | RESULTADOS   | ATIVIDADES   | 2017   | 2018   |        |        |        | 2019   |        |        |        | 2020   |        |        |        | 2021   |        |        |
|--|------|--|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
|  |      |  |  | TRIM 4 | TRIM 1 | TRIM 2 | TRIM 3 | TRIM 4 | TRIM 1 | TRIM 2 | TRIM 3 | TRIM 4 | TRIM 1 | TRIM 2 | TRIM 3 | TRIM 4 | TRIM 1 | TRIM 2 | TRIM 3 |
| <p><b>OBJETIVO IMEDIATO 2:</b> Desenvolver capacidades para absorver informações, conhecimentos e tecnologias inovadoras no que tange as políticas públicas relacionadas ao abastecimento e acesso à alimentação adequada e saudável, à água e inclusão produtiva rural no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.</p> | 2.4  | Fornecedores e equipes técnicas de programas governamentais que visam à segurança alimentar capacitados em tecnologias de produção e nas diferentes modalidades de execução destes programas.  | A) Capacitar os atores envolvidos, quanto às tecnologias de produção e as diferentes modalidades de execução dos programas relacionados a segurança alimentar, em especial, o PAA.   |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
|  | 2.5  | Estratégias e metodologias de formação, capacitação e treinamento de técnicos e produtores rurais para atuarem como multiplicadores, elaboradas e validadas, em temas relacionados à alimentação saudável, perdas e desperdício de alimentos e inclusão produtiva rural. | A) Promover intercâmbios para atores sociais nos temas relacionados por meio de visitas técnicas e rotas de aprendizagem<br><br>B) Realizar estudos para propor metodologia e conteúdo de capacitação para povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, com foco em acesso a mercados e considerando as cadeias de produtos da sociobiodiversidade |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |

| OBJETIVO   | ITEM | RESULTADOS  | ATIVIDADES   | 2017   | 2018   |        |        |        | 2019   |        |        |        | 2020   |        |        |        | 2021   |        |        |  |  |
|--|------|---|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--|--|
|  |      |   |  | TRIM 4 | TRIM 1 | TRIM 2 | TRIM 3 | TRIM 4 | TRIM 1 | TRIM 2 | TRIM 3 | TRIM 4 | TRIM 1 | TRIM 2 | TRIM 3 | TRIM 4 | TRIM 1 | TRIM 2 | TRIM 3 |  |  |
| <b>OBJETIVO IMEDIATO 3:</b> Consolidar a estratégia de atuação da SESAN no aprimoramento de suas diretrizes, definição de critérios, internalização de informações e conhecimentos, e de tecnologias inovadoras necessárias à melhoria das políticas públicas relacionadas ao abastecimento e acesso à alimentação adequada e saudável, à água e inclusão produtiva rural no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. | 3.1  | Conteúdos técnicos e educativos, com linguagem acessível, sobre alimentação saudável, perdas, desperdício de alimentos e inclusão produtiva rural, incluindo, quando couber, a modalidade à distância (EAD), em ambiente virtual de aprendizagem (AVA), padronizados e validados, considerando as especificidades de cada público a ser atingido; | A) Realizar estudo de proposição de conteúdo técnico e educativo, com linguagem acessível, sobre alimentação saudável, perdas, desperdício de alimentos e inclusão produtiva rural, incluindo, quando couber, a modalidade à distância (EAD), em ambiente virtual de aprendizagem (AVA). |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |  |  |
|  |      |   | B) Realizar a disseminação de conhecimentos técnicos por meio de produções editoriais com foco em alimentação saudável, perdas, desperdício de alimentos e inclusão produtiva rural.   |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |  |  |
|  |      |   | C) Realizar a difusão, por meio de material didático, de conhecimentos técnicos sobre o Programa Cisternas e o Programa Fomento Rural voltado para gestores locais, estaduais, entre outros.   |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |  |  |
|  |      |   | D) Promover a difusão, por meio de material didático, de conhecimentos técnicos dos programas de inclusão produtiva rural  |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |  |  |
|  |      |   | E) Promover a sensibilização e difusão, por meio de material didático, de conhecimentos técnicos sobre as ações de segurança alimentar voltadas para os povos e comunidades tradicionais, com foco em gestores e conselheiros CONSEA estaduais, municipais e distritais                  |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |  |  |

Projeto de Cooperação Técnica para a segurança alimentar e nutricional, a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis e o combate à pobreza rural - SESANMDS-ABC-ICA

| OBJETIVO | ITEM | RESULTADOS | ATIVIDADES | 2017 |      |      |      | 2018 |      |      |      | 2019 |      |      |      | 2020 |      |      |      | 2021 |      |      |      |
|----------|------|------------|------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
|          |      |            |            | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM |
|          |      |            |            | 4    | 1    | 2    | 3    | 4    | 1    | 2    | 3    | 4    | 1    | 2    | 3    | 4    | 1    | 2    | 3    | 4    | 1    | 2    | 3    |

|   |             |  |   |             |             |      |      |      |             |      |      |      |             |      |      |      |             |      |      |  |
|---|-------------|--|---|-------------|-------------|------|------|------|-------------|------|------|------|-------------|------|------|------|-------------|------|------|--|
| <p><b>OBJETIVO IMEDIATO 3:</b> Consolidar a estratégia de atuação da SESAN no aprimoramento de suas diretrizes, definição de critérios, internalização de informações e conhecimentos, e de tecnologias inovadoras necessárias à melhoria das políticas públicas relacionadas ao abastecimento e acesso à alimentação adequada e saudável, à água e inclusão produtiva rural no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.</p> | 3.2         | <p>Estratégias de aprimoramento e promoção de ações de inclusão produtiva rural, comércio de produtos da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais, alimentação saudável, contendo análise e sugestões de aprimoramento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outros, identificadas, organizadas e propostas.</p> | <p>A) Elaborar propostas de promoção da alimentação saudável e redução de desperdícios e perdas de alimentos</p>  |             |             |      |      |      |             |      |      |      |             |      |      |      |             |      |      |  |
|   |             |  | <p>B) Elaborar proposta de estratégia para desenvolvimento e aprimoramento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.</p>  |             |             |      |      |      |             |      |      |      |             |      |      |      |             |      |      |  |
|   |             |  | <p>C) Realizar estudo de avaliação do potencial de indicação geográfica (IG) de produtos de povos indígenas, comunidades quilombolas e extrativistas</p>  |             |             |      |      |      |             |      |      |      |             |      |      |      |             |      |      |  |
|   |             |  | <p>D) Avaliar o processo metodológico de implementação das tecnologias sociais de acesso à água e da efetividade dos projetos produtivos implementados no âmbito do Programa Fomento Rural</p>  |             |             |      |      |      |             |      |      |      |             |      |      |      |             |      |      |  |
|   |             |  | <p>E) Propor estratégias metodológicas inovadoras frente às especificidades de povos e comunidades tradicionais no que tange o acesso à água e o Programa Fomento Rural</p>   |             |             |      |      |      |             |      |      |      |             |      |      |      |             |      |      |  |
|   |             |  | <p>F) Realizar estudo de base para o redesenho e aperfeiçoamento das ações de inclusão produtiva rural</p>  |             |             |      |      |      |             |      |      |      |             |      |      |      |             |      |      |  |
|   |             |  | <p>G) Realizar produção editorial, destinada à disseminação de conhecimentos técnicos, contendo estratégias de segurança e soberania alimentar de povos indígenas da América Latina, incluindo análise e propostas de aprimoramento de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil para este público, por meio da apropriação do conhecimento trazido das experiências e informações relatadas.</p> |             |             |      |      |      |             |      |      |      |             |      |      |      |             |      |      |  |
| <b>OBJETIVO</b>   | <b>ITEM</b> | <b>RESULTADOS</b>  | <b>ATIVIDADES</b>   | <b>2017</b> | <b>2018</b> |      |      |      | <b>2019</b> |      |      |      | <b>2020</b> |      |      |      | <b>2021</b> |      |      |  |
|   |             |  |   | TRIM        | TRIM        | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM        | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM        | TRIM | TRIM | TRIM | TRIM        | TRIM | TRIM |  |
|   |             |  |   | 4           | 1           | 2    | 3    | 4    | 1           | 2    | 3    | 4    | 1           | 2    | 3    | 4    | 1           | 2    | 3    |  |

|   |            |   |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|---|------------|---|---|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| <p><b>OBJETIVO IMEDIATO 3:</b> Consolidar a estratégia de atuação da SESAN no aprimoramento de suas diretrizes, definição de critérios, internalização de informações e conhecimentos, e de tecnologias inovadoras necessárias à melhoria das políticas públicas relacionadas ao abastecimento e acesso à alimentação adequada e saudável, à água e inclusão produtiva rural no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.</p> | <p>3.3</p> | <p>Tecnologias de inclusão produtiva rural e de acesso à água no âmbito dos programas da SESAN/MDSA, sistematizadas e padronizadas.</p>   | <p>A) Elaborar estudos técnicos voltados para o levantamento e avaliação de tecnologias de ações de inclusão produtiva rural.</p>   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|   |            | <p>B) Elaborar estudos técnicos voltados para o levantamento e avaliação de tecnologias de acesso à água.</p>   |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|   |            | <p>C) Realizar estudos para identificação, sistematização e padronização de novas tecnologias sociais de acesso à água adaptadas a diferentes contextos socioclimáticos como estratégias de ampliação do público atendido pelo Programa Cisternas</p> |   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|   | <p>3.4</p> | <p>Sistemas de informação governamentais referentes à segurança alimentar e nutricional aprimorados e atualizados.</p>  | <p>A) Realizar estudo técnico contendo critérios para aprimoramento e atualização dos sistemas de informação governamentais referentes à segurança alimentar e nutricional.</p> |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |